



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Faculdade de Ciências Humanas (FACH)
Curso de Licenciatura em História

IVONE CORTINA

**ARTE RUPESTRE: A MANIFESTAÇÃO DA CAPACIDADE INTELECTUAL E
SIMBÓLICA NO COGNITIVO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.**

CAMPO GRANDE – MS

2026

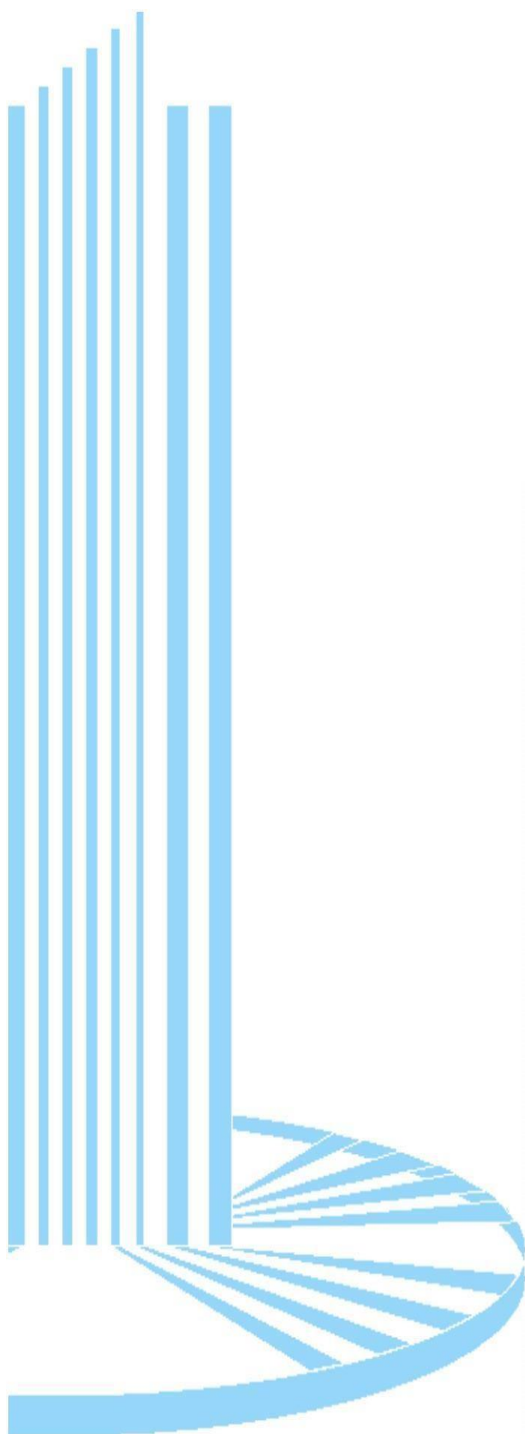
Faculdade de Ciências Humanas (FACH)
Curso de Licenciatura em História

IVONE CORTINA

**ARTE RUPESTRE: A MANIFESTAÇÃO DA CAPACIDADE INTELECTUAL E
SIMBÓLICA NO COGNITIVO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como requisito para obtenção do título de
Licenciado em História da Faculdade de
Ciências Humanas (FACH) da Universidade
Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Professora Orientadora: Dr.^a Lia Raquel Toledo
Brambilla Gasques (UFMS).



BANCA AVALIADORA:

Profª Dr.ª Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques.
UFMS – Orientadora

Prof Dr Carlos Eduardo da Costa Campos.
UFMS – Membro Titular

Profª Ma Laura Roseli Pael Duarte
UFMS – Membro Titular

Aos meus filhos:
Mauro Henrique Cortina,
Maurício André Cortina,
Patrícia Corinda Cortina,
Valdeir José Cortina e
Ana Carolina Cortina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser fundamental na minha vida, Autor do meu destino, meu Orientador e Auxílio em todos os momentos de minha caminhada acadêmica.

Ao meu pai Albino Frederico Cortina e minha mãe Corinda Marmentini Cortina (in memoriam), que foram exemplos de fé e suporte para minha formação.

À Professora Dr.^a Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques (UFMS), cuja sabedoria ultrapassa as fronteiras desta monografia, não somente como docente, mas também como uma especialista na arte de inspirar e especialmente pelas orientações e indicações bibliográficas, não poupando esforço para que eu desse prosseguimento deste estudo, a minha gratidão.

A Faculdade de Ciências Humanas (FACH) – UFMS, por fornecer o apoio necessário para a realização deste trabalho e por ser um ambiente propício para o aprendizado e desenvolvimento intelectual.

RESUMO

Este estudo tem por finalidade evidenciar a influência das artes rupestres criadas por seres da espécie *Homo*, desde a era Paleolítica (51 mil anos atrás) até a Neolítica (há 500 anos), as quais corroboraram significativamente para a evolução cognitiva humana pelo planeta, com ênfase nas expressões rupestres encontradas na região de Mato Grosso do Sul. As manifestações artísticas do Paleolítico, marcadas por pinturas e gravuras em cavernas e abrigos, representavam sobretudo cenas de caça, fauna e símbolos abstratos, evidenciando uma consciência simbólica em formação e o início da capacidade humana de abstração e narrativa. Já no período Neolítico, a arte rupestre revela uma transformação no modo de vida, com o surgimento da agricultura, da domesticação e das primeiras aldeias e expressa novas dimensões de organização social, espiritualidade e identidade coletiva. A arte rupestre, representada por desenhos e pinturas em rochas, revela não apenas a destreza técnica e simbólica dos primeiros humanos, mas também denota suas formas de organização social, espiritualidade e percepção do mundo. As referências examinadas indicam um aumento progressivo na complexidade estrutural da cognição humana. Esse fenômeno manifesta-se por meio da proliferação de sistemas simbólicos, da articulação de narrativas visuais e da codificação da espacialidade, componentes fundamentais para a origem e consolidação do pensamento epistêmico. Portanto, a pesquisa enfatiza a relevância de compreender as origens culturais e cognitivas do ser humano, particularmente em contextos regionais como o de Mato Grosso do Sul, visando valorizar e conservar as expressões artísticas primitivas e o patrimônio rupestre da região. O estudo foi estruturado em quatro capítulos: o primeiro aborda o contexto histórico e cultural da arte rupestre e sua importância na compreensão da evolução humana, explorando a evolução cognitiva e simbólica refletida nas representações rupestres; o segundo descreve os sítios arqueológicos de Mato Grosso do Sul e a importância cultural e artística dessas manifestações; o terceiro analisa os desafios e o envolvimento comunitário na proteção do patrimônio cultural e o quarto reflete o impacto da arte rupestre na formação da identidade cultural da humanidade. O presente estudo foi desenvolvido por meio de um amplo levantamento bibliográfico pautado na metodologia de Revisão de Literatura (RL), respeitando critérios rigorosos de busca, análise e síntese de dados, o que possibilita uma reflexão fundamentada sobre o tema. Integrando os campos da antropologia, filosofia e história, esta pesquisa examina as evidências rupestres da região de Mato Grosso do Sul como espelhos da evolução intelectual e simbólica no cognitivo do desenvolvimento humano, servindo, assim, como base para futuras pesquisas e aprofundamentos científicos.

Palavras-chave: Arte rupestre; pensamento humano; racionalidade contemporânea.

ABSTRACT

This study aims to highlight the influence of rock art created by Homo species from the Paleolithic era (51,000 years ago) to the Neolithic era (500 years ago), which significantly contributed to human cognitive evolution across the planet, with an emphasis on the rock art found in the Mato Grosso do Sul region. Paleolithic artistic expressions, marked by paintings and engravings in caves and shelters, primarily represented hunting scenes, fauna, and abstract symbols, evidencing a developing symbolic consciousness and the beginning of the human capacity for abstraction and narrative. In the Neolithic period, rock art reveals a transformation in lifestyle, with the emergence of agriculture, domestication, and the first villages, and expresses new dimensions of social organization, spirituality, and collective identity. Rock art, represented by drawings and paintings on rocks, reveals not only the technical and symbolic skill of early humans but also denotes their forms of social organization, spirituality, and perception of the world. The references examined indicate a progressive increase in the structural complexity of human cognition. This phenomenon manifests itself through the proliferation of symbolic systems, the articulation of visual narratives, and the encoding of spatiality—fundamental components for the origin and consolidation of epistemic thought. Therefore, this research emphasizes the relevance of understanding the cultural and cognitive origins of humankind, particularly in regional contexts such as Mato Grosso do Sul, aiming to value and conserve the primitive artistic expressions and rock art heritage of the region. The study is structured in four chapters: the first addresses the historical and cultural context of rock art and its importance in understanding human evolution, exploring the cognitive and symbolic evolution reflected in rock art representations; the second describes the archaeological sites of Mato Grosso do Sul and the cultural and artistic importance of these manifestations; the third analyzes the challenges and community involvement in the protection of cultural heritage; and the fourth reflects on the impact of rock art on the formation of humanity's cultural identity. This study was developed through a broad bibliographic survey based on the Literature Review (LR) methodology, respecting rigorous criteria for data search, analysis, and synthesis, which allows for a well-founded reflection on the topic.

Keywords: Rock art; human thought; contemporary rationality.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2	Grafismos Rupestres Sítio AS12 (Alto Sucuriú) – Chapadão do Sul	16
Figuras 3 e 4	Pinturas rupestres na Caverna de Chauvet – Sul da França.....	21
Figuras 5,6,7, e 8	Imagens de grafismos rupestres em diferentes sítios da região de Alcinópolis	27
Figura 9	Mapa do Brasil, ênfase em Mato Grosso do Sul, indicando municípios com grafismos rupestres.....	30
Figura 10	Localidade do Município de Alcinópolis no mapa do Brasil	32
Figura 11	Templo dos Pilares em Alcinópolis	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DA ARTE RUPESTRE	18
1.1 A importância da arte rupestre na compreensão da evolução humana	20
1.2 Capacidade intelectual e simbólica do homem	22
1.3 A análise da evolução cognitiva e simbólica	23
1.4 Como a arte rupestre reflete a racionalidade humana	25
1.5 Relação entre arte e desenvolvimento social nas sociedades antigas.....	26
2. ENTRE ROCHAS E SÍMBOLOS: A EXPRESSÃO HUMANA PRIMITIVA EM MATO GROSSO DO SUL	27
2.1 Sítios arqueológicos em Mato Grosso do Sul.	29
2.2 Descrição de principais locais com arte rupestre em Mato Grosso do Sul	31
2.3 Características artísticas e iconográficas	35
2.4 Importância cultural e histórica das obras	36
3. VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	39
3.1 Desafios enfrentados na preservação da arte rupestre	39
3.2 Políticas públicas e iniciativas de conservação	41
3.3 Envolvimento da comunidade na proteção do patrimônio	42
4. ARTE RUPESTRE E SUA RELEVÂNCIA CONTEMPORÂNEA.....	43
4.1 Reflexões sobre a significação das manifestações artísticas na atualidade	43
4.2 Impacto da arte rupestre na identidade cultural.....	45
4.3 Projetos e ações para a valorização da arte rupestre na educação e turismo	46
CONSIDERAÇÃO FINAL.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

As antigas representações artísticas conhecidas, denominadas de arte rupestre (palavra de origem latina *ars rupes*, que significa arte sobre rocha), datadas do período Paleolítico superior (40.000 a.C), no interior de cavernas e abrigos, sejam em suas paredes e tetos rochosos, majoritariamente com representações em traços simples de animais, segundo os historiadores, é difícil afirmar com exatidão seu significado e função. (Costa; Souza. 2022, p. 2)

Não há no contexto histórico como determinar de forma precisa e segura o princípio da linguagem da humanidade, entretanto calcula-se que a mesma perfaz 150 mil anos aproximadamente, como é o caso do *Homo naledi*, no qual ainda cientistas não encontraram consenso se estes hominídeos produziam ou não grafismos rupestres. Diante de dados escassos e sem a devida comprovação empírica quanto ao seu propósito exato e ou aos seus significados, resultou em poucos consensos, porém em vastas teorias e hipóteses. (UNIF, 2022, n. p.)

A trajetória evolutiva da espécie humana revela que a linguagem não foi apenas um meio de comunicação, mas emergiu como marco decisivo, ou seja, um fator constitutivo de sua racionalidade e sociabilidade, estabelecendo a diferença essencial entre os homens e os outros animais. Neste contexto Charles Darwin (1871, p. 56) fez o seguinte apontamento “Não posso duvidar que a linguagem deve sua origem à imitação e modificação, auxiliada por sinais e gestos, de vários sons naturais, as vozes de outros animais e os próprios gritos instintivos do homem.”

Segundo Darwin (1871), a linguagem humana teria se originado de vocalizações simples, rudimentares, semelhantes a grunhidos, há aproximadamente 100 mil anos. A partir dessa forma primitiva de comunicação, a linguagem evoluiu conforme crescia a necessidade de resposta, de expressão e interação, de socialização entre os grupos humanos, manifestando-se também por meio das artes rupestres, uma das primeiras formas simbólicas de comunicação da humanidade.

Os grafismos rupestres ou arte rupestre, como são mais conhecidos, representam a mais antiga expressão simbólica registrada pela humanidade. Suas temáticas são amplas, abrangem representações de figuras humanas, cenas de caça, rituais religiosos, as quais refletem aspectos culturais e sociais dos grupos que a produziram. Inicialmente composta por sinais pictográficos, a arte rupestre evoluiu gradualmente para ideogramas, capazes de expressar conceitos abstratos e subjetivos, transcendendo a mera

representação de objetos concretos (Linke *et al.*, 2020, n.p.).

As pinturas e gravuras rupestres caracterizam dessa forma, um espelho da cognição primitiva, evidenciando o desenvolvimento da racionalidade, da criatividade e da capacidade simbólica da humanidade desde seus primeiros registros históricos. De acordo com Pacheco (2018, p. 3) a arte rupestre é o primeiro indicativo de como os homens modernos formaram a linguagem concreta e externalizada. A consciência simbólica estava desde o princípio nos Neandertais. Diversos trabalhos de arqueoacústica, a qual o próprio nome indica (fusão da arqueologia e a acústica), fazem referência de que os primeiros humanos não somente pintavam o que viam e observavam, mas também o que ouviam. Essas hipóteses são baseadas no conteúdo de pinturas rupestres em ambientes cujas reverberações acústicas são similares a batidas de cascos. (Pacheco, 2018, p.6).

A aplicação de conhecimento acústicos em locais e estruturas pré-históricas, são empregados principalmente por arqueólogos e antropólogos, entre eles Paul Devereux, o qual realizou uma série de investigações em sítios neolíticos na década de 90 no Reino Unido. (Cândido, 2023, n.p.). Posteriormente Aaron Watson juntamente com o Dr. David Keating fizeram inúmeras investigações em sítios neolíticos e megalíticos ao redor das ilhas Britânicas. Há de se ressaltar conforme pontua Cândido (2023, n.p.) que essa contextualização discute o som de uma perspectiva filosófica e não científica.

A determinação exata da primeira forma de linguagem utilizada pelos seres humanos permanece um desafio para a pesquisa científica. Contudo, os registros arqueológicos permitem compreender aspectos importantes dos processos cognitivos desenvolvidos pelas populações pré-históricas. Nesse sentido, Pacheco (2018) destaca a possibilidade de que os neandertais tenham sido os primeiros grupos humanos a produzir pinturas rupestres. Essas manifestações não representam apenas domínio técnico sobre materiais e superfícies, mas evidenciam capacidades de simbolização, abstração e comunicação, elementos fundamentais para o desenvolvimento das formas iniciais de linguagem e da construção do pensamento humano.

Importantes contribuições para esse debate surgiram a partir de estudos realizados em sítios arqueológicos da Espanha. A aplicação do método de datação Urânio-Tório (U-Th) em pinturas rupestres localizadas nas cavernas de La Pasiega, Maltravieso e Ardales, indicaram que algumas dessas representações possuem idade superior a 64 mil anos. Considerando que as evidências atuais situam a chegada do *Homo sapiens* à Europa entre aproximadamente 40 e 45 mil anos antes do presente, tais datações sugerem que essas

pinturas podem ter sido produzidas por populações neandertais. (Hoffmann *et al.*, 2018).

Apesar da relevância dessas descobertas, a interpretação dos dados não alcançou consenso entre os pesquisadores. Parte da comunidade científica questionou aspectos metodológicos relacionados às datações, especialmente quanto à possibilidade de interferências provocadas por processos geológicos que poderiam comprometer a precisão cronológica das amostras. Em contrapartida, diversos estudiosos defendem a robustez dos resultados e argumentam que as evidências fortalecem a compreensão de que a produção simbólica, a abstração e outras formas de pensamento complexo não constituem características exclusivas do *Homo sapiens* (Mithen, 2002; Renfrew, 2008). Dessa forma, o debate ultrapassa questões estritamente técnicas e contribui para reflexões mais amplas sobre a evolução da cognição humana, indicando que diferentes grupos pertencentes ao gênero *Homo* podem ter desenvolvido capacidades simbólicas por trajetórias evolutivas múltiplas e não lineares.

As discussões sobre a origem do comportamento simbólico ganharam novos elementos com descobertas mais recentes. Em 2021, uma equipe coordenada pelo paleoantropólogo Lee Berger, da Universidade de Witwatersrand, identificou novas áreas no complexo de cavernas Rising Star, localizado na África do Sul. O sítio possui relevância singular por constituir o único local conhecido de ocorrência de fósseis do *Homo naledi*, espécie que viveu aproximadamente entre 335 mil e 236 mil anos atrás (Rocha, 2021, n.p.). As pesquisas desenvolvidas nesse contexto têm ampliado o debate sobre a diversidade de capacidades cognitivas presentes em diferentes espécies humanas, reforçando a necessidade de compreender a evolução da racionalidade como um processo complexo e multifacetado.

A amplitude dessas evidências torna-se ainda mais significativa quando observada em escala global. De acordo com Linke *et al.* (2020, n.p), a Arqueologia registra atualmente entre 350 e 400 mil sítios arqueológicos distribuídos por praticamente todos os continentes, com exceção da Antártida, sendo o continente africano a região que concentra o maior número dessas ocorrências. Entre as diversas manifestações culturais identificadas nesses contextos, a arte rupestre ocupa posição de destaque por representar uma das mais antigas formas de expressão humana. Conforme aponta o IPHAN (s.d.), essas representações foram produzidas principalmente por meio de duas técnicas: a gravura, realizada pela retirada ou incisão da superfície rochosa, e a pintura, executada com a aplicação de pigmentos de diferentes cores por meio dos dedos ou da técnica de sopro. Mais do que simples registros visuais, essas manifestações constituem importantes

evidências do desenvolvimento da capacidade simbólica, da abstração e da comunicação entre os grupos humanos pré-históricos, revelando aspectos fundamentais da construção do pensamento e das formas de interação social ao longo da trajetória da humanidade.

A compreensão da arte rupestre exige uma abordagem que ultrapasse a análise meramente descritiva de formas, traços e figuras. Em muitos estudos tradicionais, a atenção concentra-se predominantemente nos aspectos visuais dos grafismos, enquanto os processos cognitivos, perceptivos e experienciais envolvidos em sua produção recebem menor destaque. Contudo, conforme apontam Linke *et al.* (2020, n.p.), essas manifestações devem ser entendidas como expressões diretamente relacionadas às maneiras pelas quais os grupos humanos percebiam, experienciavam e atribuíam significado ao mundo que habitavam. Desse modo, os registros rupestres constituem evidências de uma relação complexa entre conhecimento, experiência e ambiente redor.

Sob essa perspectiva, a arte rupestre assume relevância fundamental para a compreensão da própria trajetória humana. Os vestígios preservados nas rochas representam marcas de ancestralidade que permitem o acesso a diferentes formas de pensamento, comunicação e organização social desenvolvidas ao longo do tempo. Segundo Justamand (2007, p. 14), tais registros funcionam como instrumentos de transmissão cultural, preservando memórias coletivas e saberes compartilhados entre gerações. Assim, além de seu valor arqueológico, essas manifestações revelam modos específicos de interpretar e interagir com a realidade.

Essa compreensão encontra respaldo na fenomenologia de Merleau-Ponty (1999, p.73), para quem o conhecimento não emerge inicialmente de construções racionais abstratas, mas da experiência sensível vivida pelo corpo em interação com o mundo. Nessa concepção, perceber e conhecer são processos inseparáveis da existência concreta, pois é por meio das ações, dos gestos e das experiências cotidianas que os indivíduos constroem significados sobre o ambiente que os cerca. Aplicada ao contexto da arte rupestre, essa perspectiva permite compreender os grafismos como resultados de uma relação direta entre percepção, experiência e expressão simbólica.

Ao aprofundar essa reflexão, Merleau-Ponty (2003, p. 95) destaca que a percepção organiza o mundo segundo uma lógica de sentido produzida pela experiência corporal. Entretanto, quando essa experiência é traduzida exclusivamente por conceitos abstratos, ocorre uma substituição da vivência imediata por interpretações racionalizadas da realidade. Essa observação contribui para compreender que os registros rupestres não podem ser reduzidos a simples representações objetivas do ambiente, mas devem ser

analisados como expressões carregadas de significados construídos a partir da experiência vivida pelos grupos que os produziram.

Nessa mesma direção, Lefort (2003, p. 252) observa que Merleau-Ponty questiona a suficiência das categorias tradicionais da filosofia para explicar a complexidade da experiência humana. Distinções como sujeito e objeto, consciência e realidade ou fato e essência mostram-se limitadas quando confrontadas com a riqueza do mundo vivido. A percepção, portanto, não consiste apenas em identificar elementos materiais presentes no ambiente, mas envolve a atribuição de sentidos que emergem da interação constante entre o indivíduo e o mundo.

Diante dessas reflexões, a arte rupestre pode ser compreendida como uma das mais antigas formas de expressão simbólica produzidas pela humanidade. Antes do desenvolvimento dos sistemas de escrita, grupos pré-históricos utilizaram superfícies rochosas para registrar experiências, crenças, práticas cotidianas e interpretações do mundo que os cercava. Conforme destacam Justamand (2007) e Linke *et al.* (2020), esses registros constituem importantes evidências das formas de comunicação e transmissão de conhecimentos desenvolvidas pelas sociedades ancestrais. Sob a perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty (1999; 2003), tais manifestações também podem ser entendidas como expressões da experiência vivida, nas quais percepção, corpo e ambiente se articulam na construção de significados. Nesse sentido, a paisagem natural deixa de ser apenas cenário e passa a atuar como suporte para a materialização de sistemas simbólicos, revelando aspectos fundamentais do desenvolvimento da comunicação visual, da representação e da própria construção do pensamento humano.

De acordo com Platão (428–347 a.C.), representante do período antropológico da filosofia, o mundo sensível encontra-se em constante transformação, enquanto o verdadeiro conhecimento reside na racionalidade lógica e na validade universal das ideias. A intuição, embora exerça papel relevante no processo de apreensão do real, é subordinada à razão e à lógica, consideradas as fontes fundamentais do saber humano, baseadas em fatos e princípios racionais (Silveira, 2002, p. 30).

Entretanto, mesmo que Platão enfatize a razão como instrumento privilegiado do conhecimento, é possível perceber que, desde os primeiros registros humanos, a intuição também desempenhou papel essencial na expressão do cotidiano e das relações sociais. Nas pinturas e símbolos rupestres, os hominídeos não buscavam a lógica formal, mas a representação sensível de sua vivência diária, refletindo práticas, interações e necessidades de sociabilização (Justamand, 2007, p. 16). Esses registros indicam que a

comunicação e a expressão simbólica já eram fundamentais para organizar experiências coletivas, projetando, de maneira intuitiva, aspectos de seu mundo.

A compreensão das origens da linguagem e do pensamento humano permanece como uma das questões mais complexas e debatidas nas ciências humanas. Embora parte dos estudos evolutivos atribua à adaptação biológica e ao aperfeiçoamento da comunicação oral um papel central no desenvolvimento das capacidades cognitivas, diferentes abordagens da arqueologia cognitiva defendem que a construção da racionalidade humana envolveu processos mais amplos e interdependentes.

Nesse debate, a cultura material assume importância fundamental. Para Donald (1991), a capacidade de registrar informações fora da mente humana representou uma transformação decisiva na evolução cognitiva, pois possibilitou a preservação e a transmissão de conhecimentos por meio de suportes externos. Sob essa perspectiva, as primeiras manifestações gráficas não devem ser vistas apenas como expressões artísticas, mas como instrumentos que ampliaram a memória coletiva e contribuíram para formas mais complexas de organização do pensamento.

De modo semelhante, Mithen (2002) argumenta que o surgimento do comportamento simbólico esteve relacionado à crescente integração entre diferentes domínios cognitivos, permitindo o desenvolvimento da arte, da religião e de outras formas de representação abstrata. Essa interpretação questiona modelos que compreendem a arte rupestre apenas como consequência tardia da linguagem falada, sugerindo que as representações visuais também desempenharam papel relevante na estruturação do pensamento simbólico.

As pesquisas de Lewis-Williams (2002) reforçam essa compreensão ao demonstrar que as imagens produzidas em paredes rochosas expressam processos mentais complexos, vinculados à construção de significados, à experiência social e à elaboração simbólica da realidade. Nessa perspectiva, a arte rupestre constitui um importante testemunho da capacidade humana de representar conceitos, experiências e conhecimentos por meio de sistemas visuais compartilhados.

Assim, os registros rupestres ultrapassam sua condição de vestígios arqueológicos e assumem relevância para a compreensão da evolução da cognição humana. Mais do que evidências de práticas culturais antigas, esses grafismos integram um amplo debate sobre o desenvolvimento da linguagem, da memória externa, do simbolismo e da racionalidade, aspectos fundamentais para compreender a formação das sociedades humanas ao longo do tempo.

A aproximação entre história e filosofia permite, assim, compreender como o impulso humano de transmitir e registrar conhecimento evoluiu desde formas intuitivas de expressão até a construção de sistemas racionais e estruturados de pensamento, passando pelo desenvolvimento da linguagem escrita e da reflexão filosófica na Antiguidade. No contexto mundial, ao integrar história e filosofia, percebe-se que a necessidade de comunicação e de projeção das experiências humanas esteve presente desde os primórdios da humanidade. A arte rupestre, ao registrar elementos do cotidiano e do imaginário coletivo, revela não apenas práticas sociais, mas também a emergência de processos cognitivos complexos, que antecedem a escrita e a formalização do pensamento filosófico.

No contexto do Mato Grosso do Sul, com datações de até 12.600 anos A.P¹., essas manifestações oferecem um panorama único da capacidade simbólica e intelectual dos primeiros habitantes da região, permitindo compreender como se estruturavam suas crenças, relações e formas de interpretar o mundo. Assim, o estudo dessas expressões artísticas não se limita à documentação histórica, mas constitui uma ponte para analisar a evolução da racionalidade humana, evidenciando como cultura, percepção e pensamento se entrelaçam na construção do conhecimento ao longo do tempo.

Figuras 1 e 2 Grafismos Rupestres Sítio AS12 (Alto Sucuriú 12), com inscrições arqueoastronômicas, em Chapadão do Sul. Sítio com a datação mais antiga do estado, por volta de 12.600 anos AP.



Fonte: Martins e Kashimoto, 2012.

Nesse sentido, torna-se evidente que a preservação da arte rupestre ultrapassa a dimensão estética, assumindo papel central na compreensão da história e da cultura humanas. A conservação desses registros permite não apenas resgatar informações sobre modos de vida, crenças e estruturas sociais de comunidades antigas, mas também estabelecer conexões com as práticas culturais contemporâneas, reforçando a identidade e a memória coletiva. A articulação entre estudo acadêmico, preservação e valorização

¹ Antes do presente (AP) é uma marcação de tempo utilizada na arqueologia, paleontologia e geologia, que tem como base de referência o ano de 1950 d.C.

cultural revela-se essencial para assegurar que os testemunhos rupestres continuem a dialogar com o presente, perpetuando seu significado como legado da humanidade.

A arte rupestre, como expressão cultural das civilizações antigas, oferece uma perspectiva única sobre as origens intelectuais e simbólicas da humanidade. No Capítulo 1, busca-se compreender a importância dessa manifestação artística, com ênfase em regiões como o Mato Grosso do Sul, situando a arte rupestre em um contexto histórico e cultural mais amplo, discutindo-se a habilidade intelectual e simbólica do ser humano, analisando como as expressões artísticas refletem a lógica e os padrões das sociedades primitivas. O Capítulo 2 apresenta um estudo detalhado dos sítios arqueológicos mais relevantes do Mato Grosso do Sul, examinando suas características artísticas e o significado cultural das obras ali registradas.

O Capítulo 3 tem como foco a valorização e a conservação do patrimônio cultural, destacando os desafios enfrentados e o papel da participação comunitária nesse processo. Por fim, o Capítulo 4 aborda a importância contemporânea da arte rupestre, evidenciando suas contribuições para a identidade cultural e sua relevância no contexto atual. Essa organização busca oferecer uma visão abrangente e integrada sobre a relação entre arte rupestre, cognição humana e preservação do patrimônio, com destaque para a realidade regional do Mato Grosso do Sul.

As conclusões finais irão consolidar as descobertas mais significativas e debaterão o efeito que uma compreensão mais aprofundada das origens culturais e cognitivas do ser humano pode exercer na sociedade atual.

O estudo que aqui se apresenta, foi elaborado através de método dedutivo, levando-se em consideração o procedimento monográfico, iniciando-se por pesquisas bibliográficas inerentes. Desse modo, o presente trabalho classifica-se conforme Gil (2002), como sendo de caráter exploratório, pois tem como fim, promover um maior esclarecimento sobre o tema proposto e possibilite consideração as características relativas ao mesmo.

1 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DA ARTE RUPESTRE

A arte rupestre, representada por gravuras e pinturas realizadas em superfícies rochosas, constitui uma das manifestações culturais mais antigas da humanidade. Produzida em diferentes períodos da Pré-História, ela oferece um panorama valioso sobre os modos de vida, as crenças e as formas de organização das sociedades que a criaram. Estudos etnográficos indicam que essas expressões artísticas desempenham um papel fundamental na preservação da memória coletiva e na transmissão de saberes entre gerações. Essa relevância também é observada em contextos arqueológicos, onde análises detalhadas das técnicas e dos gestos envolvidos na produção das imagens permitem compreender melhor as relações simbólicas e culturais estabelecidas por esses grupos ao longo do tempo (Tullet, 2022, p. 101).

A expressão arte paleolítica é utilizada para designar as produções artísticas realizadas durante o Pleistoceno tardio, aproximadamente entre 40.000 e 10.000 anos atrás. Esse período reúne um vasto conjunto de representações que evidenciam notável precisão formal e coerência temática, revelando aspectos essenciais da sensibilidade e da cognição humana primitiva. A permanência de determinados estilos e motivos artísticos sugere uma continuidade simbólica entre os grupos que os produziram, indicando que tais manifestações ultrapassavam o simples registro visual, constituindo-se também como formas de comunicação e expressão de valores coletivos. As origens e transformações dessa arte, sobretudo após o término do Pleistoceno, continuam sendo objeto de investigação e figuram entre as questões mais instigantes da trajetória cultural da humanidade (Guthrie, 2005, p. 93).

Diversas obras atribuídas ao período paleolítico não apresentam evidências claras de vínculo com práticas rituais ou mágicas. Em vez disso, revelam temas associados ao cotidiano e à materialidade da vida humana, sugerindo um olhar mais realista sobre o ambiente e as experiências do grupo. Conforme observa Guthrie (2005, p. 95), grande parte dessas produções foi executada de maneira rápida e irregular, resultando em imagens sobrepostas, inacabadas e, por vezes, distorcidas. Essa característica reforça a hipótese de que muitas dessas representações podem ter surgido de impulsos expressivos espontâneos, mais voltados à observação imediata da realidade do que à elaboração simbólica ou cerimonial.

As representações de animais, figuras humanas estilizadas e símbolos abstratos compõem grande parte do repertório da arte paleolítica, presentes em diversas pinturas e

gravuras encontradas em sítios arqueológicos da Europa. Destacam-se, entre eles, as cavernas de Altamira, na Espanha, cujo salão principal exibe imponentes figuras de bisões, javalis, veados e cavalos, executadas em quatro tonalidades sobre as irregularidades do teto, e Lascaux, na França, igualmente reconhecida pela riqueza de suas composições. Estudos de datação por radiocarbono realizados nas pinturas de Altamira e El Castillo indicam uma antiguidade estimada entre 13.000 e 14.500 anos, evidenciando a longevidade e a sofisticação técnica dessas manifestações artísticas (Tullet, 2022, p. 102–103).

Essas produções artísticas revelam uma profunda conexão com o cotidiano das comunidades paleolíticas, refletindo especialmente práticas de subsistência, como a caça, além de aspectos ligados a crenças e rituais. A transformação dos antigos locais de arte rupestre em espaços de memória e referência cultural contribuiu de maneira significativa para a preservação de sua integridade física e simbólica ao longo do tempo. Assim, a valorização contemporânea desses sítios não apenas assegura sua conservação material, mas também reafirma sua relevância como testemunho duradouro das experiências e expressões humanas primitivas (Tullet, 2022, p. 102–103).

A arte pré-histórica² desenvolveu-se de forma independente em diferentes regiões do planeta, abrangendo territórios da Austrália, África e América do Sul. No contexto brasileiro, destaca-se o Parque Nacional da Serra da Capivara, no estado do Piauí, reconhecido por abrigar centenas de sítios arqueológicos de grande relevância científica e cultural. Nesses locais, foram identificados inúmeros vestígios de ocupações humanas antigas, incluindo pinturas e gravuras rupestres que, segundo estudos, remontam a mais de 30.000 anos, podendo alcançar até 50.000 anos antes do presente. Essas evidências, conforme aponta Guidon (1991, p. 43), demonstram a antiguidade e a diversidade das manifestações simbólicas que marcaram as primeiras expressões culturais no território brasileiro.

Frequentemente, a localização dos sítios de arte rupestre indica um significado cultural específico. Locais remotos, como cavernas profundas, podem ter sido escolhidos por sua ligação com o mundo espiritual ou pela necessidade de proteger tais manifestações. Estilo está também ligado aos processos cognitivos de formação do mundo, possibilitando abordar as decisões e escolhas que ele implica como afetadas pela

² A arte pré-histórica, no âmbito arqueológico, pode ser compreendida como o conjunto de manifestações simbólicas e visuais produzidas por grupos humanos anteriores ao surgimento da escrita, expressando aspectos de sua vida social, espiritual e cognitiva. Dentre essas manifestações, o grafismo rupestre constitui sua forma mais emblemática e persistente.

interação com o ambiente. Estas abordagens, a paisagem não é apenas fonte de recursos materiais, mas também um fenômeno social embebido por práticas simbólicas e representações: a paisagem é construída. (Ribeiro, 2006, p 43-44)

A tendência humana de interagir e transformar a natureza já pode ser observada entre os primeiros hominídeos, como o *Homo erectus*, o *Homo habilis* e o *Homo antecessor*, cujas ações são consideradas manifestações iniciais de cultura. Posteriormente, tanto os hominídeos quanto os neandertais desenvolveram a capacidade de representar o mundo ao seu redor por meio de pinturas e gravuras encontradas em cavernas europeias, datadas de aproximadamente 50.000 a 10.000 anos atrás, período que coincide com condições climáticas mais frias na região. Esses registros visuais constituem uma via de acesso importante ao universo simbólico dessas populações, sobretudo diante da inexistência de formas de escrita que permitam uma compreensão direta de seu pensamento e modo de vida (Justamand *et al.*, 2017, p. 132).

1.1 A importância da Arte Rupestre na compreensão da evolução humana

A arte rupestre constitui uma das evidências mais concretas do avanço cognitivo alcançado pelos primeiros hominídeos. Segundo Bender (2019, p. 2-3), a criação de representações artísticas revela a capacidade de abstração e simbolização, características exclusivas do ser humano, demonstrando um salto qualitativo no desenvolvimento mental da espécie. A habilidade de observar, interpretar e representar o ambiente, bem como de expressar aspectos da própria experiência, marca um momento decisivo na trajetória evolutiva, distinguindo o homem das demais espécies pela complexidade de seu pensamento.

Essas manifestações também evidenciam formas iniciais de comunicação, uma vez que as gravuras e pinturas pré-históricas podem ser compreendidas como um sistema simbólico de linguagem visual capaz de ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço. Lewis-Williams (2002) destaca que a arte rupestre não se limitava à mera representação da realidade, mas desempenhava um papel social relevante, funcionando como elemento de coesão entre grupos humanos e como meio de preservação de valores, mitos e tradições culturais.

Assim, o estudo da arte rupestre não apenas ilumina os primórdios da expressão artística, mas também oferece uma via privilegiada para compreender a formação do pensamento simbólico e a consolidação das relações sociais que fundamentaram o desenvolvimento da humanidade.

A arte pré-histórica evidencia o desenvolvimento da habilidade simbólica e da comunicação abstrata entre as primeiras comunidades humanas. De acordo com Lewis-Williams (2002), a produção de imagens em cavernas e superfícies rochosas reflete não apenas o cotidiano dessas populações, mas também dimensões espirituais e ritualísticas, demonstrando a capacidade de organizar o pensamento e transmitir informações por meio de símbolos.

Ademais, essas manifestações artísticas fornecem indícios valiosos sobre a vida social dos seres humanos da época. Pesquisas arqueológicas, como as realizadas por Clottes e Courtin (2000, p. 49), mostram que representações de animais e cenas de caça podem estar relacionadas a práticas de subsistência e a cerimônias coletivas. Esses registros sugerem uma compreensão sofisticada da interação entre os grupos humanos e o meio ambiente, ao mesmo tempo em que evidenciam rituais, normas sociais e formas de coexistência que estruturavam a vida comunitária.

A descoberta de pinturas pré-históricas com mais de 40.000 anos, como as registradas na caverna de Chauvet (Figuras 3 e 4), na França (Clottes, 2016), e nas cavernas de Maros, na Indonésia (Aubert et al., 2014, p. 223), evidencia que a habilidade artística e simbólica já estava presente nos primeiros estágios da evolução humana. Esses achados sugerem que a produção de imagens não apenas refletia a percepção do mundo, mas também desempenhava um papel significativo na organização social e na transmissão de conhecimentos dentro das comunidades.

Figuras 3 e 4 Pinturas rupestres na Caverna de Chauvet, fotografadas no dia 13 de junho de 2014. AFP Photo.



Fonte: <https://arqueologiaeprehistoria.com/2014/06/23/caverna-de-chauvet-recebe-da-unesco-o-status-de-patrimonio-mundial/>

No que se refere à acumulação cultural, trata-se de um fenômeno exclusivo da espécie humana, uma vez que apenas os humanos desenvolveram as condições cognitivas necessárias para essa transmissão de saberes. Estudos indicam que nossos ancestrais já possuíam uma forma de leitura de mentes, habilidade essencial para a imitação e,

consequentemente, para a construção e manutenção da cultura. Essa capacidade teria sido selecionada ao longo da evolução dos hominídeos, pois permitia solucionar problemas sociais complexos e facilitar a cooperação entre os membros do grupo (Richerson; Boyd, 2005, p. 138-139).

Dessa forma, a arte rupestre se apresenta como uma ferramenta essencial para compreender a evolução humana, fornecendo evidências concretas da complexidade cognitiva, simbólica e social das primeiras comunidades. A análise dessas expressões permite inferir valores, crenças, práticas rituais e formas de interação que estruturavam a vida coletiva dos nossos antepassados, evidenciando como a criação artística esteve intimamente ligada ao desenvolvimento cultural e à consolidação da identidade social. Assim, estudar a arte pré-histórica não apenas ilumina os processos de formação do pensamento humano, mas também ressalta o papel central da expressão simbólica na construção das culturas e na transmissão de conhecimento ao longo da história da humanidade.

1.2 A capacidade intelectual e simbólica do homem.

O desenvolvimento da humanidade não se define apenas pelos avanços técnicos, mas também pelo crescimento contínuo da complexidade simbólica e cognitiva. Nesse percurso, a arte rupestre assume papel fundamental, pois revela registros visuais produzidos por grupos pré-históricos que expressam uma forma inicial de pensamento abstrato. Ao desenharem e gravarem nas paredes de cavernas e abrigos, os primeiros hominídeos não representavam unicamente aspectos do cotidiano, mas comunicavam uma visão de mundo e uma forma primitiva de linguagem simbólica.

Como afirma Ernst Cassirer (1994, p. 44), o ser humano é, antes de tudo, um “animal simbólico”, cuja singularidade está na capacidade de criar e interpretar significados. A arte, o mito, a linguagem e a religião são expressões dessa potência simbólica que já se manifestava nos primórdios da espécie. Sob essa perspectiva, as pinturas e gravuras rupestres podem ser vistas como uma das primeiras manifestações da necessidade humana de compreender o mundo e de mediá-lo por meio de signos.

Sob uma perspectiva histórica, Jacques Le Goff (2003, p. 169) destaca que compreender a história das mentalidades é essencial para interpretar o universo simbólico das sociedades antigas. Segundo o autor, a análise dos vestígios pré-históricos deve considerar não apenas os objetos em si, mas também os sistemas de crenças, valores e significados que lhes deram origem. Assim, as figuras geométricas, as imagens de animais

e as cenas de caça encontradas em sítios arqueológicos, como no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, e na Lapa do Santo, em Minas Gerais ultrapassam o aspecto estético ou decorativo: constituem expressões carregadas de sentidos sociais, espirituais e cognitivos, revelando dimensões profundas da experiência humana no passado.

Claude Lévi-Strauss (1996, p. 13-19), ao refletir sobre as estruturas do pensamento mítico, observa que os primeiros grupos humanos organizavam suas experiências através de uma lógica simbólica complexa, ainda que distinta da racionalidade científica moderna. A forma como as imagens eram dispostas, a repetição de motivos geométricos, a escolha de cores e a representação de animais revelam um modo particular de ordenar o mundo e de atribuir sentido à realidade por meio de narrativas visuais e simbólicas.

Nesse sentido, a arte rupestre ultrapassa a função de mero registro de acontecimentos ou práticas cotidianas, assumindo o papel de uma forma de pensamento visual que comunica, simboliza e organiza a experiência humana. Pode-se dizer que se trata de uma linguagem anterior à escrita, mas que já revela uma lógica essencialmente humana na construção de significados. Walter Ong (1998, p. 41-50) destaca que mesmo as sociedades sem tradição escrita desenvolveram modos complexos de expressão simbólica e de organização do saber, o que demonstra como a oralidade e a visualidade foram dimensões fundamentais na constituição da consciência histórica e cultural da humanidade.

A arte rupestre corrobora a convicção de que o ser humano sempre foi um ser simbólico, dotado de imaginação, linguagem e capacidade de raciocínio. Desde os primeiros traços em rochas, existe um esforço para dar significado ao mundo. Essas expressões não são apenas vestígios arqueológicos, mas também evidências da habilidade intelectual que distingue a humanidade desde seus primórdios.

Ao transformar a experiência vivida em imagem, o homem pré-histórico inaugura um modo de pensar e comunicar que ultrapassa o imediatismo da sobrevivência. Cada pintura, gravura ou sinal gravado nas pedras revela um desejo de permanência e uma busca por sentido. Nessa perspectiva, a arte rupestre não apenas documenta um passado distante, mas expressa o nascimento da consciência simbólica, o momento em que a humanidade começa a perceber a si mesma como produtora de cultura e de memória.

1.3 Análise da Evolução Cognitiva e Simbólica

O avanço do pensamento simbólico está profundamente ligado ao processo de

desenvolvimento humano. A capacidade de representar ideias, emoções e experiências por meio de signos é um traço que distingue o *Homo sapiens sapiens* de outros hominídeos. Como observa Jean Clottes (2008, p. 19), “a arte pré-histórica não é apenas uma forma de expressão artística, mas o reflexo de um pensamento simbólico já plenamente desenvolvido”.

Essa evolução está relacionada a múltiplos fatores, como neurológicos, sociais e ambientais, que favoreceram o surgimento de novas formas de cognição. Para Tattersall (2010, p. 117), a linguagem e a arte emergem quando o ser humano passa a “atribuir significado a símbolos abstratos”, o que pressupõe um alto grau de abstração e complexidade mental. Desse modo, a arte rupestre não pode ser compreendida como mero instinto criativo ou impulso estético: ela marca uma transformação decisiva, em que o agir imediato cede lugar à elaboração simbólica da realidade.

Nesse contexto, os registros gráficos mais antigos, compostos por figuras geométricas, zoomorfas e antropomorfas, constituem evidências significativas do desenvolvimento da cognição simbólica humana. Em regiões como Mato Grosso do Sul, tais manifestações podem ser observadas em abrigos rochosos que datam de mais de nove mil anos.

A escolha dos locais, muitas vezes associados a fontes de água, formações rochosas específicas ou áreas de difícil acesso, demonstra uma relação estreita entre a arte e o ambiente natural. Assim, os abrigos não serviam apenas como refúgio ou moradia, mas como verdadeiros templos da paisagem, lugares de mediação entre o humano e o espiritual. Essa percepção reforça a ideia de que a arte rupestre, desde suas origens, está imersa em um contexto de significação que une natureza, cultura e transcendência.

Brambilla Gasques (2023, p. 152) destaca que a arte rupestre em Mato Grosso do Sul possui forte dimensão simbólica e territorial, representando uma expressão da memória coletiva construída a partir das interações dos primeiros hominídeos com os espaços que ocupavam. De acordo com a autora, os sítios arqueológicos que apresentam registros gráficos funcionam como verdadeiros marcadores de identidade e memória, configurando a paisagem segundo os valores e significados atribuídos por essas comunidades antigas.

Conforme Brambilla Gasques (2023, p. 155) que aponta, as imagens rupestres devem ser compreendidas como formas de comunicação visual, integradas a um sistema simbólico próprio, que expressa tanto o cotidiano quanto dimensões sagradas e a relação com o território. Esses registros ultrapassam a função meramente estética, constituindo

uma linguagem ancestral carregada de significados relacionados à identidade coletiva, profundamente vinculada às experiências e práticas dos grupos pré-históricos que habitaram a região atualmente conhecida como Mato Grosso do Sul.

Desse modo, tais manifestações visuais não podem ser interpretadas unicamente como ornamentos rupestres, mas como expressões de uma linguagem ancestral intimamente ligada na vivência coletiva dos povos pré-históricos que habitavam o atual território sul-mato-grossense.

1.4 Como a Arte Rupestre Reflete a Racionalidade Humana

A elaboração das manifestações rupestres exigia um conjunto de competências específicas, como a observação atenta, a memória visual apurada, o planejamento das formas e uma clara intenção de comunicar algo ao grupo. Mais do que simples impulsos gráficos, essas produções revelam uma lógica simbólica e expressiva. Conforme observa Alfredo Brandão (1937, p. 22), tais representações podem ser compreendidas como “as palavras mudas de um povo desaparecido”, expressão que remete à existência de uma linguagem visual carregada de sentido e pertencimento.

No contexto sul-mato-grossense, especialmente em regiões como o Morro do Chapéu, no município de Alcínópolis, as manifestações rupestres revelam uma organização visual que ultrapassa o simples valor estético. De acordo com Araújo (2014, p. 89), percebe-se “uma intenção clara nas composições que articulam elementos geométricos, humanos e animais, configurando narrativas visuais que indicam padrões de racionalidade simbólica”. Essa observação reforça a ideia de que os grupos pré-históricos possuíam um modo estruturado de pensar, baseado em um sistema simbólico partilhado coletivamente, por meio do qual comunicavam experiências, crenças e percepções sobre o mundo que os cercava.

A presença de sequências e sobreposições nas representações rupestres revela que os antigos grupos humanos já desenvolviam uma forma de narrativa visual. Conforme observa Clottes (2008, p. 14), muitas dessas composições podem ser interpretadas como verdadeiras histórias pintadas, nas quais o movimento e a passagem do tempo são expressos graficamente, constituindo uma forma simbólica primitiva de registrar acontecimentos.

De modo análogo, Tattersall (2010, p. 117) argumenta que o avanço da arte está intimamente relacionado ao surgimento da linguagem simbólica, manifestando-se no momento em que os seres humanos começaram a atribuir sentido a formas e sinais

abstratos. Segundo o autor, essa habilidade evidencia uma mente capaz de abstrair, estabelecer associações e representar aquilo que não é visível, demonstrando uma das facetas essenciais do pensamento racional e da complexidade cognitiva humana.

Dessa forma, a arte rupestre deve ser compreendida como uma manifestação complexa que reflete não apenas a sensibilidade estética dos primeiros grupos humanos, mas também sua capacidade de pensar simbolicamente, organizar o espaço e planejar ações de caráter coletivo. Esses registros atuam como evidências visuais do desenvolvimento cognitivo e social de nossos antepassados, revelando que, mesmo na ausência de uma escrita formal, já eram capazes de produzir, conservar e transmitir conhecimentos por meio de elaborados sistemas gráficos de comunicação.

1.5 Relação entre arte e desenvolvimento social nas sociedades antigas

A arte rupestre não deve ser compreendida apenas como uma manifestação individual, mas como uma expressão profundamente enraizada na coletividade. Diversos estudiosos destacam que ela desempenhava um papel essencial como instrumento de coesão social, preservação da memória e afirmação identitária. Os registros gráficos gravados nas rochas funcionavam como meios de transmissão de saberes, de organização do território e de representação das dimensões espirituais que orientavam a vida em comunidade.

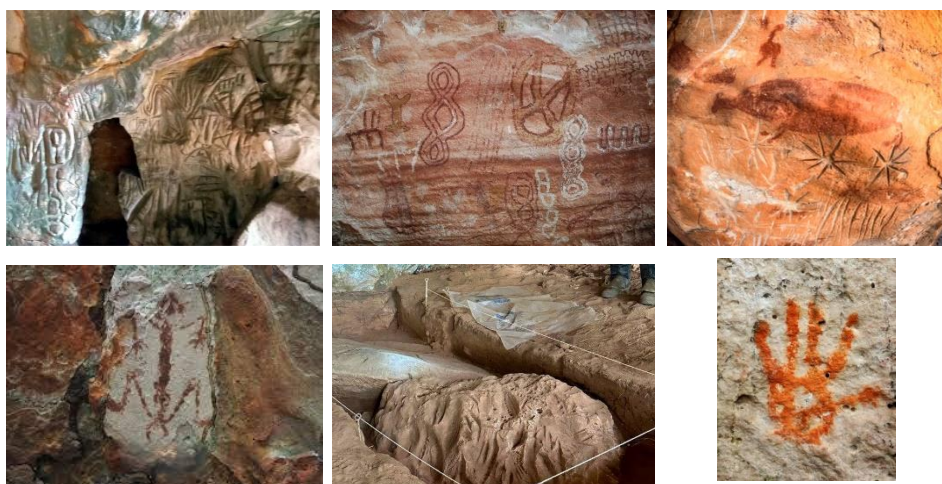
Brambilla Gasques (2023, p. 158) amplia essa compreensão ao destacar que os sítios arqueológicos com registros rupestres em Mato Grosso do Sul configuram verdadeiras paisagens simbólicas, marcadas por vínculos de pertencimento e memória coletiva. Para a autora, as figuras gravadas ou pintadas nas rochas não apenas expressam experiências sociais e espirituais, mas também estruturam o território como um espaço vivido, reconhecido e compartilhado. Nesse sentido, a arte rupestre assume o papel de uma linguagem visual que media a relação entre os grupos humanos, o meio natural e suas cosmologias, reafirmando a conexão entre cultura, identidade e ambiente.

Para Brandão (1937, p. 45), os signos rupestres funcionavam como uma espécie de “escrita mágica”, conectando o mundo visível às crenças espirituais das antigas sociedades. Dessa forma, essas imagens não apenas registravam acontecimentos do cotidiano, mas também expressavam significados simbólicos importantes para a vida coletiva. Essa perspectiva é compartilhada por pesquisas contemporâneas que reconhecem a arte rupestre como uma importante forma de representação cultural e simbólica.

2 ENTRE ROCHAS E SÍMBOLOS: A EXPRESSÃO HUMANA PRIMITIVA EM MATO GROSSO DO SUL

A arte rupestre constitui uma das manifestações mais antigas da habilidade simbólica e comunicativa do ser humano, sendo representada em paredes de cavernas, abrigos rochosos e superfícies naturais. Os vestígios gráficos primitivos, que incluem figuras geométricas, representações zoomorfas e antropomorfas, são essenciais para compreender a evolução cultural dos primeiros hominídeos. Por meio deles, é possível reconstruir práticas sociais, crenças, interações com o meio ambiente e a forma como os grupos humanos primitivos se organizavam, evidenciando o surgimento de estratégias cognitivas e simbólicas que sustentaram a formação das primeiras culturas na região de Mato Grosso do Sul (Figuras 5,6,7 e 8).

Figuras 5,6,7, e 8: Imagens de grafismos rupestres em diferentes sítios da região de Alcinópolis – MS.



Fonte: Museu de Arqueologia da UFMS.

Durante muito tempo, essas inscrições foram interpretadas como meros adornos ou como manifestações ligadas a rituais mágicos, sem um propósito comunicativo definido. No entanto, pesquisas arqueológicas e antropológicas mais recentes demonstram que tais registros constituem um sistema complexo de comunicação e pensamento simbólico. Eles refletem práticas sociais, concepções cosmológicas e formas de organização do espaço e do território, evidenciando que os primeiros grupos humanos já possuíam estruturas cognitivas sofisticadas para transmitir informações e consolidar a vida comunitária (Pessis, 2000).

Em Mato Grosso do Sul, essas manifestações recebem atenção especial devido à

presença de sítios arqueológicos de grande relevância, localizados em regiões como Alcinópolis, Rio Verde, Rio Negro, Chapadão do Sul, Coxim, Maracaju, Aquidauana e Corumbá. Nesses locais, encontram-se painéis rupestres que se destacam pela diversidade de formas, cores e técnicas, com predomínio do vermelho terroso, as vezes cor branca, linhas onduladas, círculos concêntricos e figuras humanas de membros alongados. Conforme destaca Araújo (2014, p. 89), os registros do Morro do Chapéu, em Alcinópolis, “apresentam cenas que combinam padrões geométricos com representações figurativas, sugerindo uma narrativa visual deliberadamente organizada”.

Esses vestígios não apenas revelam a criatividade artística dos primeiros grupos humanos, mas também fornecem informações valiosas sobre sua organização social, crenças e maneiras de interpretar o espaço ao seu redor, consolidando o papel da arte rupestre como documento histórico e cultural essencial.

A obra de Alfredo Brandão (1937) contribui significativamente para a interpretação da arte rupestre, ao sugerir que essas inscrições não eram produzidas de forma aleatória, mas constituíam uma forma primitiva de escrita: “essas figuras são as palavras mudas de um povo desaparecido” (Brandão, 1937, p. 22). Para o autor, os signos rupestres devem ser compreendidos como grafismos carregados de significado mágico ou social, reforçando a ideia de uma linguagem não verbal ancestral.

Ao afirmar que “os signos rupestres são, sem dúvida, uma escrita mágica, uma expressão das forças invisíveis do mundo primitivo” (Brandão, 1937, p. 45), Brandão antecipa interpretações modernas que consideram a arte rupestre como uma manifestação de racionalidade simbólica avançada. Dessa maneira, suas análises ajudam a compreender não apenas o caráter estético dessas produções, mas também seu papel como instrumento de comunicação e organização cultural nos primeiros grupos humanos.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018) também enfatiza a importância dessas manifestações em Mato Grosso do Sul, apontando que a arte rupestre dessa região tem cooperado para o entendimento dos processos migratórios pelos primeiros habitantes do Brasil Central e de suas estratégias de ocupação do território.

Além disso, os sítios rupestres fazem parte de paisagens culturais dinâmicas, que incluem trilhas naturais, formações rochosas e rotas de mobilidade antiga. Alcinópolis tem procurado obter reconhecimento nacional e internacional devido à sua concentração e preservação desses vestígios. Rodrigues (2006, p. 103) enfatiza que “os painéis rupestres de Alcinópolis não apenas informam sobre a vida pré-histórica, mas também

reforçam o elo entre o passado ancestral e a identidade atual da comunidade local”.

Assim, a arte rupestre do sul do Mato Grosso não é apenas uma evidência do passado, mas um campo ativo de conhecimento que liga memória, território e cultura. A análise e conservação desse aspecto são fundamentais para entender como a humanidade desenvolveu a capacidade de pensar, representar e modificar o mundo ao seu redor por meio da imagem.

2.1 Sítios arqueológicos em Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul, conhecido por sua ampla diversidade ambiental e por uma paisagem marcada por planaltos, serras e rios, abriga também um expressivo patrimônio arqueológico que evidencia a presença humana desde períodos muito antigos. Esses vestígios constituem importantes fontes de informação sobre os primeiros ocupantes da região, suas formas de organização social, modos de subsistência e estratégias de adaptação ao meio natural. A pesquisa e a preservação desses sítios são fundamentais para a compreensão da trajetória histórica e cultural do território brasileiro.

Os estudos arqueológicos realizados no estado concentram-se principalmente na bacia do rio Paraná e em seus afluentes, bem como nas áreas de planalto. Diversos desses sítios correspondem a grutas e abrigos sob rocha, utilizados por grupos caçadores-coletores como locais de moradia e de práticas rituais. Nessas formações, é comum a presença de pinturas e gravuras rupestres, que se tornaram fontes valiosas para a investigação da arte pré-histórica e das expressões simbólicas das primeiras populações que habitaram a região (Aguiar; Landa; Goetttert, 2016, p. 64-73).

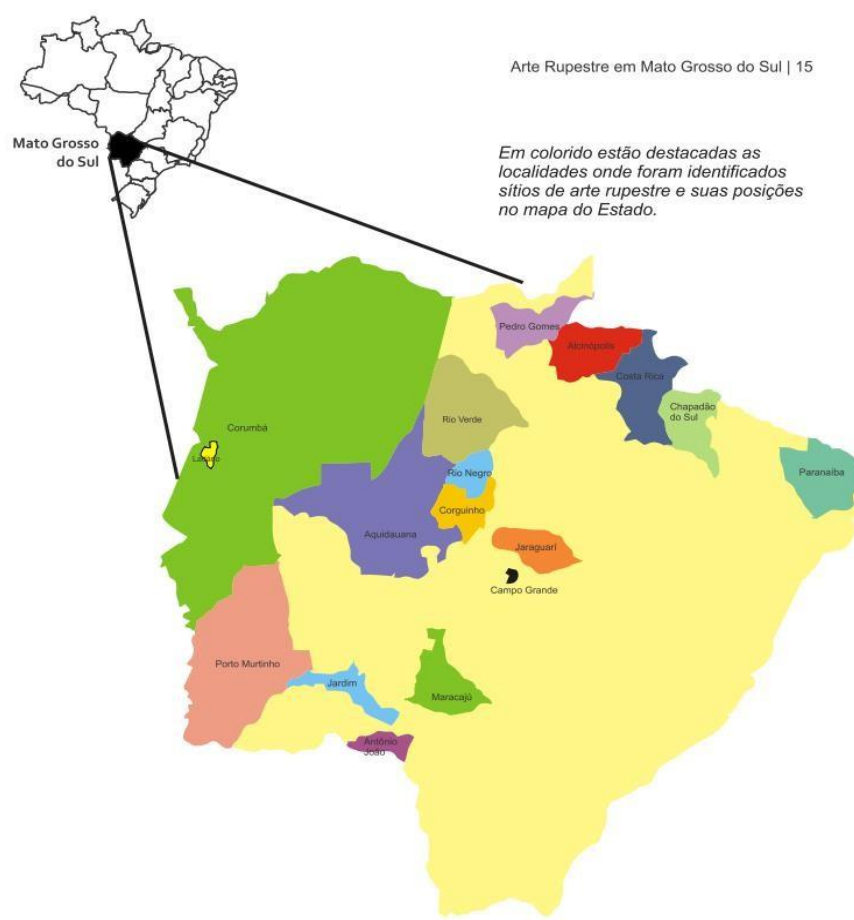
Desde 2012, Alcinópolis é reconhecida como Capital Estadual da Arte Rupestre em razão da significativa concentração e variedade de sítios arqueológicos com grafismos rupestres (pinturas e gravuras). O município se sobressai no Mato Grosso do Sul por possuir a maior quantidade de sítios catalogados, totalizando 24 registros, sendo 14 deles em fase de registro junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); (MUARQ/UFMS, 2023, p. 14).

A análise das representações gráficas presentes nos suportes rochosos de Alcinópolis (MS) revela uma área dotada de uma rica e diversa iconografia rupestre (MUARQ/UFMS, 2023; Aguiar *et al.*, 2023). Essa vasta gama de manifestações visuais, que engloba tanto pictográficos quanto petróglifos, figurativos e abstratos, demonstra uma grande variação de técnicas picturais (Aguiar *et al.*, 2023, p. 10).

Conforme notado pelos pesquisadores, as pinturas e gravuras foram executadas

por meio de diferentes métodos, como o uso direto das mãos/dedos ou de ferramentas específicas, exigindo, por vezes, a criação de estratégias criativas ou a montagem de suportes para alcançar pontos mais elevados ou de difícil acesso (MUARQ/UFMS, 2023; Aguiar *et al.*, 2023, p. 10). Esses indícios sublinham a intencionalidade estética, o domínio técnico e a imaginação dos autores, descartando a visão de que os povos pré-históricos possuíam menor habilidade cognitiva (MUARQ/UFMS, 2023; Aguiar *et al.*, 2023).

Figura 9 – Mapa do Brasil com ênfase em Mato Grosso do Sul, indicando municípios com grafismos rupestres.



Fonte: Aguiar, 2014, p. 15

Levantamentos arqueológicos recentes identificaram mais de oitenta sítios com registros rupestres distribuídos pelo estado de Mato Grosso do Sul, cujas manifestações visuais remontam a aproximadamente 12 mil anos de ocupação humana. De acordo com Aguiar (2016, p. 22), o estado conta com 79 municípios, e vestígios desse patrimônio cultural foram localizados em diversas localidades, entre elas Alcinópolis, Chapadão do

Sul, Corguinho, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Jaraguari, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde, São Gabriel do Oeste e Sonora. Esses achados reforçam a amplitude e a diversidade das expressões simbólicas produzidas pelos grupos pré-históricos que habitaram a região, consolidando Mato Grosso do Sul como uma das áreas mais relevantes para o estudo da arte rupestre no Brasil.

Conforme destacam Aguiar (2016, p. 22) e Gaspar (2006, p. 15), os grafismos rupestres constituem vestígios das antigas populações que habitaram o território sul-mato-grossense. Esses registros se encontram em abrigos, grutas, paredões e outras formações rochosas, assumindo duas modalidades principais. As pinturas, produzidas com misturas de minerais como o óxido de ferro, podiam apresentar uma ou mais cores e eram executadas por meio de técnicas diversas, incluindo o uso de pincéis confeccionados com galhos, aplicação direta pelos dedos ou pigmento soprado em pó. Já as gravuras eram obtidas pela percussão ou fricção de pedras contra a superfície rochosa, gerando figuras em baixo-relevo. Esses métodos revelam a criatividade e a destreza técnica das sociedades pré-históricas, bem como seu esforço em comunicar e registrar experiências por meio de linguagens visuais complexas.

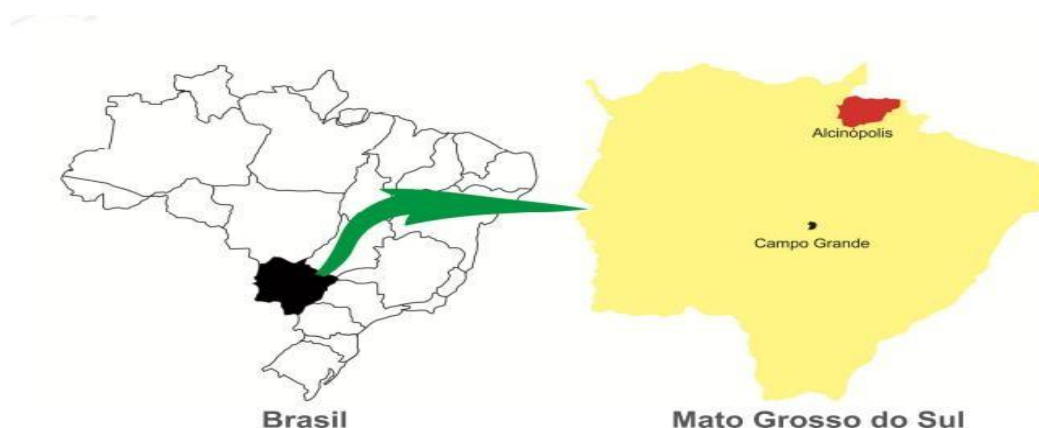
2.2 Descrição de principais locais com arte rupestre em Mato Grosso do Sul

A pesquisa arqueológica tem revelado a presença de povos antigos no Parque Nacional do Pantanal Mato grossense e em outras regiões de Mato Grosso do Sul. Até o final de 2014, foram registrados 677 sítios arqueológicos no estado, muitos dos quais indicam a existência de grupos ceramistas e horticultores na área. Um dos achados mais notáveis é a Redução Jesuítica de Santiago Xerez (Aquidauana), um dos assentamentos coloniais mais antigos do Centro-Oeste brasileiro, datado do Período Colonial e situado em território espanhol. (IPHAN, 2014, n.p.)

A arqueologia do estado abrange um longo período, englobando sítios pré-históricos na área do Alto Taquari, onde foram encontrados locais com arte rupestre e vestígios de caçadores-coletores, como o Sítio Alto Sucuriú 4. Na Serra do Amolar, também foram encontradas inscrições rupestres. O patrimônio arqueológico de Mato Grosso do Sul abrange também sítios ceramistas Tupi-Guarani, vestígios das Expedições Monçoeiras do século XVIII e relevantes locais com arte rupestre, como o Lajedo (Corumbá) e o Templo dos Pilares (Alcinópolis). (IPHAN, 2014, n.p.)

O Templo dos Pilares, situado em Alcinópolis (MS), é notável por sua estrutura rochosa apoiada por pilares naturais e por abrigar o mais significativo conjunto de gravuras rupestres do estado. Pesquisas indicam que essa região contém a maior quantidade de pinturas e gravuras já registradas no local, o que destaca sua relevância arqueológica (Souza; Aguiar, 2017, p. 118-120).

Figura 10 – Localidade do Município de Alcinópolis no mapa do Brasil.



Fonte: (Souza; Aguiar, 2017, p. 120)

Apesar da importância desse patrimônio, o local não recebeu intervenções escavatórias até as pesquisas realizadas pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. As investigações mostraram duas fases distintas de ocupação humana. A primeira data de mais de 10 mil anos e está ligada a grupos de caçadores-coletores, que são considerados os autores das pinturas. A segunda fase, ocorrida há aproximadamente 3 mil anos, é caracterizada pela presença de ceramistas, que deixaram como principal evidência as gravuras realizadas sobre a rocha (Souza; Aguiar, 2017, p. 118-120).

As análises por radiocarbono, processadas no laboratório Beta Analytic, apontam que a antiguidade das ocupações no Templo dos Pilares se aproxima de uma das datações mais antigas já registradas no estado, 12.600 anos constatada no sítio Casa de Pedra, localizado em Chapadão do Sul. Essa convergência reforça o valor do Templo dos Pilares para a compreensão inicial da presença humana no atual Mato Grosso do Sul (Souza; Aguiar, 2017, p. 122).

Em várias áreas de Mato Grosso do Sul, as populações antigas mostraram

preferência pelas formações rochosas localizadas entre o planalto do Cerrado e a planície do Pantanal, provavelmente por proporcionarem melhor acesso a recursos de diferentes ambientes. Os abrigos localizados nessa faixa de transição conservam diversos painéis com gravuras e pinturas, que servem como evidências da movimentação desses povos pelos campos abertos do Brasil Central durante a pré-história. (Souza; Aguiar, 2017, p. 123).

Figura 11 – Templo dos Pilares – Alcinópolis - MS



Fonte: IPHAN, 2020

Duarte (2018, p. 16) destaca que o município de Alcinópolis é um referencial na arqueologia regional, devido à enorme quantidade de sítios de arte rupestre e à variedade de estilos, o que lhe confere o título de "capital da arte rupestre". Essa declaração destaca a singularidade arqueológica de Alcinópolis, confirmando seu significado simbólico e cultural no estado de Mato Grosso do Sul.

Além da relevância científica dos sítios arqueológicos de Alcinópolis, destaca-se a atuação do poder público na proteção desse patrimônio. Conforme observa Duarte (2018, p. 16), a criação de unidades de conservação no município, especialmente parques naturais como o Templo dos Pilares, abrigo que concentra um dos mais expressivos conjuntos de arte rupestre da região, evidencia a integração entre as políticas de preservação ambiental e arqueológica. Essa articulação demonstra que a conservação do

patrimônio cultural depende não apenas de sua proteção legal, mas também de ações efetivas de gestão e monitoramento.

Nesse contexto, o Templo dos Pilares constitui um importante espaço para a compreensão das populações que habitaram o atual território sul-mato-grossense. Os grafismos presentes no sítio têm sido interpretados sob diferentes perspectivas pela arqueologia. Enquanto alguns estudos os relacionam à organização social e ao uso do território pelos grupos humanos, outros enfatizam seus possíveis significados simbólicos, rituais ou cosmológicos (Prous, 1992; Martin, 2013). Assim, os registros rupestres são compreendidos neste trabalho como manifestações culturais complexas, cujos significados podem abranger múltiplas dimensões da experiência humana.

A importância desses vestígios torna-se ainda mais evidente diante dos avanços das pesquisas arqueológicas realizadas no nordeste de Mato Grosso do Sul. De acordo com Martins e Kashimoto (2012, p. 28), as investigações iniciadas na década de 1990 revelaram que a presença humana na região é muito mais antiga do que se imaginava anteriormente. As primeiras datações obtidas no sítio Casa de Pedra identificaram níveis arqueológicos com material lítico datado de mais de 12 mil anos antes do presente, ampliando significativamente o conhecimento sobre o processo de ocupação humana no Centro-Oeste brasileiro e reforçando a relevância arqueológica da região.

As investigações arqueológicas realizadas no nordeste de Mato Grosso do Sul têm contribuído para uma reavaliação significativa dos modelos de povoamento humano no Centro-Oeste brasileiro. As pesquisas iniciadas a partir da década de 1990 indicam que a presença humana na região é mais antiga do que se supunha inicialmente, ultrapassando 12 mil anos antes do presente. Esse quadro é sustentado por datações obtidas em sítios como a Casa de Pedra, onde foram identificados contextos estratigráficos contendo material lítico associado a ocupações humanas antigas, reforçando a longa duração da presença humana na área (Martins; Kashimoto, 2012; Prous, 1992).

Esses achados dialogam com um conjunto mais amplo de pesquisas sobre o povoamento inicial do território sul-americano, que apontam para uma ocupação precoce e diversificada em diferentes regiões do continente (Neves; Piló, 2008; Dias, 2004). Nesse sentido, os dados arqueológicos do Mato Grosso do Sul contribuem para ampliar o entendimento sobre os processos de dispersão humana e adaptação aos diferentes ambientes do território brasileiro durante o Pleistoceno final.

Adicionalmente, os pesquisadores enfatizam que, durante essa fase inicial, o território estava sob a ocupação de grupos de caçadores-coletores pré-indígenas. A

permanência desses grupos estendeu-se por múltiplos milênios, caracterizando os estágios pioneiros de povoamento da região. Tais populações representam os primeiros agentes humanos a habitar a área, mantendo-se ativos por um longo período temporal (Martins; Kashimoto, 2012, p. 14).

A relevância desses testemunhos arqueológicos reside, fundamentalmente, na capacidade de subsidiar a reconstrução dos padrões de subsistência e organização social que precederam as sociedades ceramistas indígenas. Isso permite o delineamento de dinâmicas culturais e interações ambientais significativamente distintas daquelas que vieram a predominar nas eras cronologicamente posteriores. (Martins; Kashimoto, 2012, p. 46).

A escassez de remanescentes esqueléticos humanos antigos na área é atribuída às condições ambientais intrínsecas da localidade. Essa limitação reforça, conseqüentemente, o papel primordial da cultura material como fonte de dados para a interpretação desse passado remoto. Os estudiosos esclarecem que, no contexto brasileiro, “a conservação de esqueletos humanos antigos, nas condições ambientais do país, é muito pouco factual”, o que faz com que o conhecimento acerca das primeiras populações dependa, fundamentalmente, da análise de abrigos rochosos, da arte rupestre e das indústrias líticas (Martins; Kashimoto, 2012, p. 18–19).

Vale destacar o inventário de sítios arqueológicos em Mato Grosso do Sul, apresentado na obra *Arte Rupestre em Mato Grosso do Sul* (Aguiar, 2014), que documenta a diversidade de estilos de representação encontrados nas rochas. Esse levantamento evidencia como diferentes formas de expressão visual estão associadas a distintos contextos e períodos culturais, reforçando a importância desses registros para a compreensão da história e das práticas simbólicas das populações pré-históricas da região.

2.3 Características artísticas e iconográficas

A arte rupestre em Mato Grosso do Sul revela uma ampla diversidade de formas e símbolos que refletem a complexidade intelectual e cultural dos grupos humanos que habitaram a região em tempos remotos. Guidón (1986, p. 224) observa que essas manifestações não podem ser interpretadas apenas como simples adornos, mas como um sistema simbólico que expressa concepções de mundo, crenças e modos de organização social dos povos pré-históricos.

Os registros visuais encontrados nesses sítios configuram um elaborado sistema de comunicação não verbal, cuja interpretação ainda impõe desafios aos pesquisadores.

A presença de repetições, simetrias e composições estruturadas indica não apenas um senso estético desenvolvido, mas também a existência de um pensamento ordenado e coletivo. Essa perspectiva dialoga com o conceito de “história das mentalidades”, formulado por Jacques Le Goff (2003, p. 97), segundo o qual o imaginário e a experiência social se materializam por meio de expressões artísticas e simbólicas.

Nesse panorama, Michel Foucault (1979, p. 12) propõe compreender o conhecimento como uma construção condicionada pelo contexto histórico e cultural em que surge. Para o autor, as formas de expressão e os regimes de visibilidade estão intrinsecamente vinculados às relações de poder e aos modos pelos quais cada sociedade produz e legitima suas próprias verdades. Sob essa ótica, a arte rupestre pode ser interpretada como uma das primeiras formas de enunciação simbólica, um meio pelo qual se revela uma episteme primitiva que articula pensamento, representação e poder.

Essa concepção converge com a visão de Jacques Le Goff (2003, p. 97), para quem a arte constitui um componente essencial da memória coletiva, capaz de formar o imaginário social, transmitir mentalidades e expressar as maneiras de sentir e compreender o mundo.

Nesse sentido, a arte rupestre ultrapassa o estatuto de mero patrimônio histórico. Ela se configura como um valioso instrumento de compreensão dos modos de subjetivação, das crenças e dos saberes de comunidades antigas que, mesmo sem dispor da escrita, elaboraram sistemas simbólicos complexos e revelaram, por meio da imagem, formas refinadas de pensamento e de expressão cultural.

2.4 Importância cultural e histórica das obras

A expressão rupestre em Mato Grosso do Sul ultrapassa o campo da mera expressão estética, constituindo-se como um elemento essencial para compreender a trajetória histórica e cultural das sociedades pré-históricas, bem como suas formas de organização social, visões de mundo e modos de existência. Esses registros gráficos, preservados em abrigos e paredões rochosos, não são apenas manifestações artísticas, mas testemunhos materiais de sistemas simbólicos e espirituais complexos, que expressam a profunda relação entre o ser humano e o ambiente em que vivia.

Por meio da imagem e da memória, esses grupos criaram uma linguagem visual que comunicava valores, crenças e experiências coletivas. Conforme observa Pessis (2000, p. 127), a arte rupestre funciona como um sistema de signos visuais que revela uma estrutura simbólica de espaço, tempo e interação social. A recorrência de figuras

antropomorfas, zoomorfas e formas geométricas evidencia uma intencionalidade comunicativa que se articula ao sagrado, à natureza e ao cotidiano, revelando a complexidade cognitiva e cultural dos primeiros habitantes da região.

Ademais, os sítios com arte rupestre assumem um papel central como marcos de identidade cultural e de preservação da memória coletiva, sendo essenciais para o reconhecimento das ancestralidades indígenas em Mato Grosso do Sul. Essas manifestações confirmam a presença humana milenar no território e contribuem para desconstruir a visão reducionista de que os povos pré-históricos atuavam unicamente por instinto. Conforme destaca Brambilla Gasques (2023, p. 78), a arte rupestre deve ser compreendida como um “instrumento de mediação entre o homem, a paisagem e o tempo”, configurando-se como um legado que sustenta as raízes simbólicas das culturas originárias e reforça o elo entre passado e presente.

A proposta da Rota Rupestre se apresenta como uma opção para converter o patrimônio arqueológico de Mato Grosso do Sul em um recurso para conhecimento, identidade e desenvolvimento sustentável. Os autores enfatizam que apenas recordar o passado não é o bastante; é necessário “problematizá-lo e transformá-lo em produtor de vivências e renda para a população” (Gasques; Duarte; Campos, 2021, p. 36). Nesse cenário, a expansão do turismo cultural e o interesse por bens simbólicos e históricos possibilitam que sítios arqueológicos se transformem em locais educativos e econômicos. Desse modo, a educação patrimonial se torna um eixo fundamental para conscientizar as comunidades sobre a importância de seus bens culturais e promover o uso responsável dos mais de 700 sítios registrados no estado.

O programa criado pela UFMS em 2021 com o objetivo de promover a articulação entre arqueologia, cultura material e inovação social, propõe atividades que incluem capacitação comunitária, pesquisas de campo, elaboração de materiais educativos e formação de guias locais. De acordo com o documento, essas ações só são viáveis com um planejamento e gestão adequados, uma vez que “o impacto gerado ao meio deverá ser minimizado para não se colocar em risco o próprio patrimônio” (Guimarães, 2018, p. 38).

A Rota Rupestre visa fortalecer a bioeconomia local, impulsionar novas práticas turísticas e promover a valorização dos vestígios rupestres como parte viva da memória coletiva, unindo universidades, escolas e comunidades.

A preservação desses locais não se restringe a uma preocupação arqueológica, mas representa um compromisso ético, histórico e cultural com a memória da humanidade. Esses espaços constituem arquivos vivos do pensamento simbólico, revelando que a

racionalidade e a sensibilidade estética já se expressavam de maneira complexa nas marcas deixadas sobre as rochas há milhares de anos. Assim, proteger e estudar esses sítios é garantir a continuidade de uma herança que conecta o presente às origens do pensamento humano e às primeiras formas de expressão coletiva.

3 VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

A arte rupestre constitui um dos registros mais expressivos da capacidade simbólica humana e da ancestralidade dos povos que habitaram o território brasileiro há milênios. As figuras gravadas ou pintadas nas rochas ultrapassam o domínio estético, configurando-se como formas de comunicação e representação do universo social, espiritual e ambiental vivenciado pelos grupos antigos.

A valorização do patrimônio cultural deve ser compreendida não apenas como uma ação técnica ou institucional, mas como um compromisso coletivo e contínuo. A participação ativa das comunidades locais torna-se essencial para garantir a preservação e o cuidado dos sítios arqueológicos, por meio de iniciativas educativas, do fortalecimento da identidade cultural e da promoção de práticas sustentáveis, como o turismo comunitário e a formação de agentes culturais.

Conforme destaca Aguiar (2016, p. 35), as ações de educação patrimonial, quando associadas ao mapeamento e à documentação dos sítios arqueológicos, produzem um efeito duplo: contribuem diretamente para a conservação desses espaços e, ao mesmo tempo, fortalecem o sentimento de pertencimento e a identidade cultural das populações que vivem em suas proximidades. Assim, o reconhecimento da arte rupestre como patrimônio cultural vai além da simples catalogação ou registro técnico, pois envolve a incorporação desses vestígios nas experiências, narrativas e práticas sociais das comunidades que os abrigam.

Preservar os registros do passado é essencial para que as futuras gerações possam ter acesso a essa herança e compreender a amplitude e a complexidade do pensamento humano ao longo do tempo. Como destaca Rubim (2009, p. 14), o patrimônio cultural ultrapassa o simples legado material herdado, configurando-se também como um marco de identidade, pertencimento e continuidade histórica para as comunidades que dele fazem parte. Dessa forma, a conservação da arte rupestre e de outros bens culturais não apenas assegura a memória coletiva, mas reafirma o valor simbólico das culturas originárias na formação da sociedade contemporânea.

3.1 Desafios enfrentados na preservação da arte rupestre.

Os sítios que abrigam grafismos rupestres encontram-se sob constante ameaça, o que compromete sua integridade física e sua permanência ao longo do tempo. Entre os principais fatores de risco estão o desmatamento, a expansão do agronegócio, a execução de obras de infraestrutura, o turismo desordenado e os atos de vandalismo, como

pichações e a retirada indevida de fragmentos das rochas gravadas. Além dessas ações antrópicas, processos naturais, como a erosão, a umidade excessiva e as variações climáticas, também aceleram o desgaste das superfícies rochosas e impactam diretamente a conservação dessas manifestações simbólicas milenares.

A deterioração do patrimônio arqueológico é agravada pela ausência de políticas públicas eficazes e pela insuficiente conscientização da população local sobre o valor histórico e cultural desses bens. Pacheco (2010, p. 27) ressalta que a carência de ações governamentais voltadas à proteção dos sítios arqueológicos, aliada à falta de práticas sistemáticas de educação patrimonial, contribui significativamente para o avanço da degradação. Essa negligência institucional faz com que muitos desses espaços permaneçam invisíveis ou desconhecidos pela sociedade, dificultando o envolvimento comunitário em iniciativas de preservação e valorização.

A degradação dos sítios arqueológicos está diretamente associada à ausência de planos de manejo adequados e à insuficiente fiscalização por parte das autoridades públicas. Miranda (2021, p. 55) ressalta que tais fatores comprometem de maneira significativa a preservação do patrimônio, sendo urgente a implementação de mecanismos mais eficientes de proteção. O autor enfatiza, ainda, a necessidade de promover a conscientização social acerca da relevância histórica e cultural desses locais, como forma de fomentar sua valorização e conservação.

Outro aspecto preocupante é o uso inadequado das áreas onde se encontram os registros rupestres, frequentemente localizadas em propriedades privadas ou em regiões sujeitas a expansão econômica. Nesses casos, os interesses produtivistas tendem a se sobrepôr à preservação do patrimônio cultural, colocando em risco a integridade desses sítios. Brambilla Gasques (2016, p. 88) observa que os contextos arqueológicos muitas vezes não são considerados nos processos de licenciamento ambiental, evidenciando a falta de integração entre políticas de desenvolvimento e estratégias de proteção cultural.

Embora o turismo possa desempenhar um papel positivo na valorização do patrimônio, ele também representa uma ameaça quando não é adequadamente planejado ou supervisionado por profissionais capacitados. A degradação dos grafismos rupestres tende a se intensificar quando visitantes circulam por áreas sensíveis sem orientação ou infraestrutura mínima. Aguiar (2016, p. 40) alerta que, na ausência de práticas educativas e estratégias de conservação, o turismo desordenado deixa os sítios arqueológicos vulneráveis à exploração indevida e ao desgaste físico.

Dessa forma, a preservação da arte rupestre demanda uma abordagem integrada,

que combine monitoramento contínuo, pesquisa científica, regulamentação legal, ações de educação patrimonial e participação ativa da comunidade. A negligência em relação a essas ameaças pode resultar na perda irreversível de registros fundamentais, que não apenas constituem a memória simbólica dos povos indígenas, mas também são essenciais para compreender a história da ocupação humana na região.

3.2 Políticas públicas e iniciativas de conservação.

A preservação do patrimônio rupestre depende da colaboração de diversos setores da sociedade, mas a liderança governamental, por meio de políticas públicas e ações estruturadas de conservação, é imprescindível. Para garantir a proteção desses bens culturais, é necessário implementar medidas estratégicas, criar legislação específica e destinar recursos adequados para a gestão e manutenção dos sítios arqueológicos.

Miranda (2021, p. 55) ressalta que grande parte da degradação dos sítios decorre da ausência de planos de manejo e da falta de fiscalização eficiente. O autor enfatiza, ainda, a importância de conscientizar a sociedade sobre o valor histórico e cultural desses locais, destacando que cabe ao Estado estabelecer mecanismos eficazes para assegurar sua preservação e valorização.

A citação de Miranda enfatiza a relevância de um plano de manejo bem estruturado, o qual torna-se fundamental, pois define diretrizes para o uso e a visitação dos sítios, estabelecendo limites e normas que minimizam os impactos provocados pela ação humana. Para que essas regras sejam cumpridas e atos de vandalismo ou degradação sejam coibidos, a fiscalização governamental se mostra indispensável, garantindo a proteção efetiva do patrimônio e o respeito às expressões culturais milenares.

O IPHAN (2015) tem promovido a integração entre saberes acadêmicos e tradicionais, desenvolvendo ações que valorizam o conhecimento das comunidades que vivem nas proximidades dos sítios arqueológicos. Essa abordagem integrada contribui para que os processos de conservação sejam conduzidos de maneira sustentável e respeitosa, considerando os contextos sociais e culturais das regiões envolvidas.

Dessa forma, mesmo diante de desafios significativos, as iniciativas coordenadas entre instituições públicas, pesquisadores e comunidades demonstram que é possível implementar estratégias eficazes para proteger e valorizar a arte rupestre no Brasil. Tal esforço é particularmente relevante em estados como Mato Grosso do Sul, onde há uma elevada concentração de sítios ainda pouco conhecidos pelo público, evidenciando a necessidade de ações contínuas de preservação e divulgação desse patrimônio cultural.

3.3 Envolvimento da comunidade na proteção do patrimônio

A proteção e a valorização do patrimônio cultural dependem do engajamento ativo das comunidades locais, especialmente em relação aos sítios arqueológicos que abrigam arte rupestre. Quando os habitantes da região reconhecem esses bens como elementos integrantes de sua identidade e memória coletiva, eles se tornam agentes fundamentais na sua conservação.

De acordo com Brambilla Gasques (2023, p. 91), os locais arqueológicos com arte rupestre devem ser considerados paisagens simbólicas, formadas por vínculos de pertencimento e memória. A autora defende que as imagens nas rochas não são apenas remanescentes do passado, mas também componentes ativos da realidade atual das comunidades que vivem nas proximidades desses locais.

O fortalecimento desse vínculo depende, sobretudo, da educação patrimonial. Ao receber informações sobre a relevância histórica e cultural dos sítios, a comunidade passa a atuar como aliada na preservação, reconhecendo que esses vestígios fazem parte de sua própria história, identidade e continuidade cultural.

Essa apropriação do patrimônio transforma os habitantes locais em guardiões naturais dos sítios arqueológicos. Eles passam a monitorar as áreas, reportar atos de vandalismo e apoiar iniciativas de conservação. Além disso, o engajamento comunitário pode gerar benefícios socioeconômicos, como o desenvolvimento do ecoturismo e a criação de cooperativas de guias locais, que valorizam o patrimônio ao mesmo tempo em que promovem renda para a população.

A educação patrimonial desempenha papel fundamental na preservação dos bens culturais ao estimular o sentimento de pertencimento e a responsabilidade coletiva em relação ao patrimônio (Fonseca, 2005, p. 15). Nesse contexto, o envolvimento da comunidade fortalece a gestão compartilhada e amplia a efetividade das ações de proteção dos sítios arqueológicos (Aguiar, 2016, p. 38). Além disso, a apropriação social do patrimônio contribui para o exercício da cidadania, uma vez que esses bens passam a ser reconhecidos como parte da história coletiva e como instrumentos de transformação social (Chuva, 2009, p. 49).

4 ARTE RUPESTRE E SUA RELEVÂNCIA CONTEMPORÂNEA

As pinturas e gravuras rupestres, produzidas por grupos humanos pré-históricos, ultrapassam seu valor estritamente arqueológico, desempenhando hoje um papel significativo na construção de identidades culturais, na educação e na preservação do patrimônio. Apesar de terem sido criadas há milênios, essas expressões continuam ressoando nos debates contemporâneos sobre memória, território e pertencimento.

Brambilla Gasques (2023, p. 84) destaca que “as imagens rupestres são expressões simbólicas que articulam tempo, espaço e experiência humana”, permitindo reflexões sobre a maneira como diferentes povos compreenderam o mundo e suas relações com a natureza. Nesse sentido, compreender a arte rupestre é também reconhecer a continuidade de valores culturais ancestrais e a riqueza da diversidade simbólica presente no Brasil contemporâneo.

Embora sejam vestígios de um passado remoto, as manifestações rupestres possuem grande relevância para o presente. Elas não se configuram apenas como objetos de estudo acadêmico, mas como vínculos essenciais com a história humana e a ancestralidade dos povos que habitaram o território brasileiro. A preservação e valorização desse patrimônio cultural exercem impactos significativos na sociedade atual, influenciando desde a identidade cultural até práticas educacionais e iniciativas de turismo sustentável.

A presença de arte rupestre em diferentes regiões do Brasil também evidencia a diversidade simbólica e cultural do país. Pacheco (2010, p. 22) ressalta que esses vestígios contribuem para a compreensão do patrimônio como um processo dinâmico e identitário, conectando o passado às experiências do presente. Tal compreensão é fundamental para a formulação de políticas públicas de proteção e para o fortalecimento de práticas educativas que reconheçam o conhecimento ancestral como elemento central da formação cidadã.

Dessa maneira, a arte rupestre vai além do interesse acadêmico ou museológico: ela estabelece uma conexão emocional e cultural com a ancestralidade, funcionando como elo entre gerações e como suporte para a memória coletiva.

4.1 Reflexões sobre a significância das manifestações artísticas na atualidade.

As manifestações artísticas rupestres, por sua atemporalidade, convidam a reflexões sobre a criatividade humana e a busca constante por formas de expressão simbólica. Elas evidenciam que a arte constitui uma linguagem universal, capaz de

transcender barreiras temporais e culturais. A arqueóloga Niède Guidón, reconhecida por seu trabalho na preservação do Parque Nacional Serra da Capivara, afirma:

A arte rupestre é a forma mais antiga de comunicação e de expressão da humanidade. É a prova de que o homem sempre precisou se comunicar, sempre precisou registrar o seu mundo e os seus pensamentos. (Guidón, 2011, p. 7).

Essa perspectiva destaca o papel da arte rupestre como um registro visual do mundo social, espiritual e ambiental dos grupos humanos antigos, refletindo a necessidade de expressão e comunicação desses povos.

Em um contexto contemporâneo marcado pela velocidade da informação, pela lógica digital e pelo consumo instantâneo, as imagens rupestres convidam a um outro ritmo, à reflexão, à escuta silenciosa das pedras e à valorização da ancestralidade. Elas evocam um período em que os seres humanos mantinham uma relação direta, sensível e simbólica com a natureza, com os ciclos da vida e com o ambiente que os cercava.

Reconectar-se com essas raízes profundas representa, nos dias atuais, um ato de resistência cultural e existencial. Para inúmeros artistas contemporâneos, a arte rupestre constitui fonte de inspiração estética e filosófica, sugerindo novas formas de expressão ligadas à terra, ao corpo e à memória. De maneira análoga, pesquisadores das áreas de antropologia, arqueologia e história reconhecem esses registros como elementos essenciais para compreender o pensamento simbólico, as práticas espirituais e as relações sociais dos povos indígenas.

Dessa forma, ao preservarem a linguagem simbólica dos povos antigos, as manifestações rupestres lembram que, apesar das transformações tecnológicas e culturais, a humanidade mantém a mesma essência de símbolos, narrativas e imaginação que originou as primeiras expressões artísticas.

Na contemporaneidade, as expressões artísticas continuam sendo experiências centrais para a condição humana, ultrapassando o campo estético e assumindo funções cognitivas, éticas e políticas. A arte não se limita a representar o mundo; ela possibilita compreendê-lo, reinterpretá-lo e, frequentemente, transformá-lo. Em um contexto dominado pela lógica técnica e pela racionalidade instrumental, a arte permanece como um espaço privilegiado para a construção simbólica e subjetiva da experiência humana.

Essa perspectiva se torna ainda mais significativa quando se observa a arte rupestre, uma das manifestações simbólicas mais antigas da humanidade. Criadas por

grupos humanos há milênios, essas representações gravadas ou pintadas em pedras não se limitam a registros históricos, constituindo também expressões de uma racionalidade primitiva, intuitiva, sensível e coletiva. Elas revelam uma percepção complexa do mundo, em que natureza, espiritualidade e comunidade formavam uma unidade integrada.

A filosofia contemporânea oferece instrumentos para compreender a profundidade dessas manifestações. Ernst Cassirer (1944), por exemplo, propõe que o ser humano deve ser compreendido como *animal symbolicum*, isto é, aquele que constrói e interpreta o mundo por meio de símbolos. Nesse sentido, “a arte não imita a natureza, mas revela uma realidade que o olhar puramente empírico não alcança” (Cassirer, 1944, p. 228).

Assim, as imagens rupestres ultrapassam a simples representação figurativa. Elas constituem modos de compreender e atribuir significado à existência, refletindo conexões com o território, com o sagrado e com os ciclos da vida. Essa ideia é corroborada por Brambilla Gasques (2023, p. 84), que defende que as imagens rupestres devem ser interpretadas como “expressões simbólicas que articulam tempo, espaço e experiência humana”. Elas condensam conhecimentos ancestrais e transmitem significados que permanecem presentes para povos indígenas, comunidades tradicionais e todos que reconhecem o patrimônio cultural como um elemento dinâmico, vivo e relevante para o presente.

Segundo Theodor Adorno (2003, p. 18), a arte atua como um antídoto contra a reificação do mundo, processo pelo qual a vida é transformada em objeto, número ou mercadoria. Ao relacionar a arte rupestre à filosofia, percebe-se que a arte, desde suas manifestações mais antigas, representa uma forma de pensamento autônomo, capaz de organizar a experiência e gerar significado simbólico sobre o mundo vivido. Dessa maneira, a arte rupestre não deve ser vista como uma expressão primitiva, mas sim como uma manifestação inicial da racionalidade estética e simbólica, refletindo a capacidade humana de construir sentido e compreender a realidade por meio de símbolos.

4.2 Impacto da arte rupestre na identidade cultural.

Mais do que simples manifestações estéticas de grupos humanos antigos, a arte rupestre constitui um patrimônio simbólico que desempenha papel central na formação da identidade cultural de diversas comunidades contemporâneas. Essas expressões, gravadas ou pintadas em rochas há milênios, preservam modos de vida, cosmologias e vínculos com o território, inspirando ainda hoje sentimentos de pertencimento e ancestralidade.

Quando analisadas sob a perspectiva da filosofia da cultura, as representações rupestres podem ser compreendidas como formas iniciais de racionalidade simbólica. Ernst Cassirer (1944, p. 43) argumenta que o ser humano organiza sua experiência e sua compreensão do mundo por meio de símbolos, que não apenas refletem a realidade, mas também a constroem de maneira ativa. Ao definir o homem como *animal symbolicum*, Cassirer evidencia que a criação cultural e a formação da identidade estão intimamente ligadas à capacidade humana de gerar símbolos.

Nesse contexto, a realidade humana é moldada mais pelas formas simbólicas que estruturam o pensamento e direcionam a ação do que por fatores biológicos. Assim, as figuras rupestres não se limitam a retratar aspectos do cotidiano; elas funcionam como instrumentos simbólicos que organizavam a percepção do mundo, as práticas sociais e as relações com o território desses grupos.

O reconhecimento da arte rupestre como expressão de racionalidade filosófica, integrando experiência, símbolo e linguagem, permite valorizar os conhecimentos ancestrais, muitas vezes marginalizados pelo pensamento ocidental contemporâneo. Nesse sentido, refletir sobre essas manifestações também representa um exercício de superação das dicotomias entre razão e imaginação, passado e presente, cultura e natureza.

A arte rupestre dessa forma, exerce um impacto profundo na identidade cultural, não apenas como memória histórica, mas como mecanismo que ativa formas de pensar e sentir o mundo, desafiando modelos lineares e racionalistas e proporcionando oportunidades para reconstruir conexões afetivas, simbólicas e territoriais.

4.3 Projetos e ações para a valorização da arte rupestre na educação e turismo.

A valorização da arte rupestre no contexto contemporâneo depende do desenvolvimento de projetos que articulem educação patrimonial e turismo cultural, reconhecendo esses vestígios como expressões legítimas de racionalidade simbólica e elementos centrais da memória coletiva. Inserir a arte rupestre nas práticas educacionais e nos roteiros turísticos vai além da preservação física do patrimônio; trata-se de compreender seu papel na história do pensamento humano e na formação de identidades culturais.

Iniciativas educativas voltadas à arte rupestre devem ir além da simples descrição das figuras ou de sua antiguidade. É fundamental destacar que essas manifestações refletem uma lógica singular de organização do mundo, baseada em sistemas simbólicos

complexos. Ernst Cassirer (1944, p. 43) reforça que “a realidade humana não é determinada apenas por elementos biológicos, mas principalmente por formas simbólicas que estruturam a experiência e o pensamento”. Partindo dessa perspectiva, programas educacionais podem apresentar a arte rupestre como manifestação de uma racionalidade primitiva, integrando estética, espiritualidade, relação com o meio ambiente e identidade cultural.

Ao inserir a arte rupestre nas políticas públicas de educação e turismo, promove-se não apenas sua conservação física, mas também sua atualização como instrumento de formação cidadã, consciência histórica e valorização da identidade cultural. Projetos interdisciplinares, envolvendo arqueólogos, educadores, gestores culturais e comunidades locais, tornam-se essenciais para reinterpretar o passado e criar novas formas de interação com o patrimônio, respeitando e fortalecendo a lógica simbólica que ele representa.

Dessa forma, a arte rupestre continua a ser um elo vivo entre passado e presente, conectando gerações, reforçando vínculos culturais e proporcionando ferramentas de reflexão sobre a condição humana, a memória coletiva e os modos de pensar e sentir o mundo.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Este estudo abordou a articulação entre a história e filosofia para compreender, sob uma perspectiva ampliada, as origens da racionalidade humana manifestas nas expressões artísticas mais antigas: a arte rupestre. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que essas manifestações gráficas e simbólicas não apenas registram modos de vida e crenças ancestrais, mas também revelam estruturas complexas de pensamento, comunicação e organização social. Evidenciam uma elaboração simbólica sofisticada, voltada à significação da experiência humana, apontando para o surgimento de uma consciência representacional que antecede e, em muitos aspectos, antecipa a linguagem escrita.

O estudo da arte rupestre configura-se como um domínio de convergência multidisciplinar, abrangendo arqueologia, antropologia, filosofia da arte, semiótica e as ciências cognitivas. Essa riqueza de abordagens tem gerado um vasto acervo de conhecimento. Entretanto, uma análise crítica desse *corpus* de saberes revela não apenas o progresso teórico alcançado, mas também as tensões epistemológicas inerentes às diferentes metodologias de compreensão e interpretação do passado da humanidade.

Desde o século XIX, a pesquisa sobre arte rupestre tem navegado entre duas grandes correntes. De um lado, o positivismo arqueológico concentrava-se na datação, classificação e tipificação dos grafismos com base em critérios estritamente técnico-formais. Por outro lado, o interpretativismo simbólico vê nas representações uma expressão de espiritualidade e de sistemas de pensamento complexos. O desafio atual da pesquisa consiste em transcender essa polaridade, reconhecendo que a arte rupestre se apresenta simultaneamente como um objeto material e, fundamentalmente, como um sujeito epistêmico, ou seja, uma forma de conhecimento em si mesma.

Do ponto de vista filosófico, as pinturas nas rochas vieram antes da escrita. Elas são uma das primeiras maneiras que as pessoas encontraram para usar símbolos. Essa lógica, manifestada por meio de signos, sustenta o progresso cultural, evidenciando a habilidade humana de transcender a experiência imediata e criar representações complexas da realidade.

O pensamento acerca da arte rupestre no âmbito latino-americano e brasileiro tem ganhado força à medida que se relaciona com as discussões sobre a colonialidade do saber e as chamadas epistemologias do Sul. Estudos como os de Prous (2019) e Brambilla Gasques (2023) evidenciam que os grafismos pré-históricos devem ser entendidos como componentes essenciais de seus próprios sistemas culturais, em vez de serem vistos como

expressões inferiores em relação aos padrões europeus. Essa alteração de perspectiva possibilita o reconhecimento de que esses registros não são um estágio inicial da história humana, mas sim expressões completas de racionalidade e organização simbólica, cuja lógica interna possui uma complexidade equivalente, embora diferente àquela apreciada pela modernidade ocidental.

Simultaneamente, a tensão entre o saber científico e as características patrimoniais conferidas a esses locais torna-se evidente. Apesar de as práticas de documentação e preservação arqueológica serem essenciais, elas podem gerar interpretações que distanciam os vestígios de suas conexões sociais e culturais, transferindo-os para narrativas institucionalizadas. Portanto, uma análise crítica da arte rupestre exige a combinação da perspectiva técnica com a memória e os sentidos conferidos pelas comunidades que, ao longo da história, se conectaram com esses locais. É fundamental reconhecer essa conexão entre ciência e patrimônio para entender a arte rupestre não só como objeto de estudo, mas também como elemento ativo na formação da identidade e na preservação das territorialidades atuais.

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem compreender a arte rupestre como um campo privilegiado de reflexão sobre a produção de conhecimento nas sociedades humanas. Ao ser analisada para além de uma perspectiva estritamente descritiva, ela revela a articulação entre dimensões científicas, simbólicas e estéticas, indicando que o entendimento do passado exige abordagens que ultrapassem leituras exclusivamente instrumentais.

Nesse sentido, a pesquisa evidencia que os registros rupestres não apenas mobilizam o olhar interpretativo da arqueologia, mas também tensionam categorias consolidadas do pensamento contemporâneo, como ciência, arte e religiosidade. Ainda que anteriores à escrita formal, tais inscrições preservam formas complexas de comunicação e simbolização, mantendo-se abertas a múltiplas interpretações.

Dessa forma, conclui-se que o estudo da arte rupestre contribui para uma ampliação epistemológica, ao demonstrar que o conhecimento humano se expressa de maneira plural e historicamente situada. Assim, a análise desses vestígios não se limita à reconstituição do passado, mas também possibilita repensar as próprias formas de compreender o humano e suas manifestações culturais ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO. Theodor Ludwig Wiesengrund. **Teoria Estética**. Tradução: Artur Morão. Lisboa, Portugal. 2003. Ed. 70. ISBN 972-44-0671-7.

AGUIAR, Luiz Simas; LIMA, Keny Marques. **A arte Rupestre em cavernas da região noroeste de Mato Grosso do Sul: discussões preliminares**. Disponível em: https://www.cavernas.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Espeleo-Tema_v23_n2_117-125.pdf Acesso em: 31 maio 2024.

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas. **Arte rupestre em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 60 p. ISBN: 978-85-8147-091-7.

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas; LANDA, Beatriz Santos; GOETTERT, Jones Dari. Reflexões sobre as relações entre a arte rupestre de Alcinópolis, o contexto regional de pinturas e gravuras e a mobilidade de povos caçadores e coletores em Mato Grosso do Sul. **Revista Nanduty**: Dourados, v. 4, n.4, p. 64–73.2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/5350>. Acesso em: 18 jun. 2024

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. **Arte rupestre no Brasil: temas e interpretações**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ARAÚJO, Marcelo. **Arqueologia do Morro do Chapéu: um estudo sobre arte rupestre e paisagem cultural em Alcinópolis-MS**. Campo Grande: EdUFMS, 2014.

AUBERT, Maxime; BRUMM, Adam; MORWOOD, Michael John; BERGH, Gerrit Van Den; RAMLI, Muhammad; DOSSETO, Anthony. **Arte rupestre do Pleistoceno de Sulawesi, Indonésia**. *Nature* 514, p. 223–227 (2014). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature13422>. Acesso em: 06 fev. 2025.

AUBERT, Maxime; HAWKES, John. Recent debates on Neanderthal symbolism and cave art. **Journal of Human Evolution**, v. 142, 2020. Disponível em: <https://www.johnhawks.net/p/neandertal-visual-culture-art> . Acesso em: 23 jun. 2026.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**: São Paulo, n. 44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999- 2000.

BENDER, Andrea. **Arte e cognição na pré-história: implicações da arte rupestre para o entendimento da mente humana**. In: BENDER, Andrea; HUTTER, Michael; NARROD, Dan. *Cognição e cultura: interfaces entre arqueologia e psicologia evolucionista*. São Paulo: Editora Contexto, 2019. p. 2-3

BRAMBILLA GASQUES, Lia Raquel Toledo. **El pasado arqueológico en Mato Grosso do Sul – Brasil: un análisis através del Museu de Arqueología da la UFMS**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2023, 250 p.

BRAMBILLA GASQUES, Lia Raquel Toledo; DUARTE, Laura Roseli Pael; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **Divulgação e popularização do patrimônio arqueológico de MS: A Rota Rupestre**. In: *Museus e patrimônio cultural*:

perspectivas locais, contribuições globais. – 1. ed. – São João de Meriti, RJ: Desalinho, 2022.

BRAMBILLA GASQUES, Lia Raquel Toledo Gasques. **Projeto Escavação Arqueológica no Sítio Gruta da Mesa 1 em Alcinópolis/MS**, 2023 – IPHAN (não publicado).

BRANDÃO, Alfredo. **A Escripção Prehistórica do Brasil** (Ensaio de Interpretação com um appendice sobre a Prehistoria de Alagoas. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. Bibliotheca de Divulgação Scientipica, v. XI, 1937.

CÂNDIDO, Mariah. **Arqueoacústica: A Arqueologia do som**. Disponível em: <https://www.portaisdouniverso.com/2023/07/arqueoacustica-arqueologia-do-som.html>. Acesso em: 09 de jun. 2024.

CASARIN, Sidneia Tossmin; PORTO, Adrize Rutz; GABATZ, Ruth Irmgard Bartschi; BONOW, Clarice Aves; RIBEIRO, Juliane Portella; MOTA, Marina Soares. **Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health**. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19924>. Acesso em: 22 de mar.2024

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: uma introdução à filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASSIRER, Ernst. **Filosofia das formas simbólicas, II. O pensamento mítico**. Disponível em: https://www.academia.edu/39316968/Filosof%C3%ADa_de_las_formas_simb%C3%B3licas_II_El_pensamiento_m%C3%ADtico_Ernst_Cassirer. Acesso em: 02 jun. 2024

CHUVA, Márcia. (2009). **A memória na ponta dos dedos: patrimônios, identidades e mediações culturais**. Rio de Janeiro: IPHAN.

CLOTTE, Jean. **Arte e Pré-história: as origens da arte**. São Paulo: Odysseus, 2008.

CLOTTE, Jean; COURTIN, Jean. **Cave Art**. In The Oxford Companion to Archaeology Oxford University Press. 2000.

CLOTTE, Jean. **What Is Paleolithic Art?: Cave Paintings and the Dawn of Human Creativity**. Translated by Oliver Y. Martin and Robert D. Martin. Chicago: University of Chicago Press, 2016, p.2–3) COIMBRA, Fernando. **Glossário de Arte Rupestre**. Disponível em: https://www.academia.edu/1369998/Gloss%C3%A1rio_de_arte_rupestre. Acesso em: 23 fev. 2025.

CONSENS, Mario. **Arqueologia e Ideologia**. Palestra proferida na VIª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, UNESA/SAB. (mimeo). Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Arte_rupestre_chamanismo_y_estados_alte.pdf Acesso em: 01 jun.2025

COSTA, Carlos Alberto Santos; SOUZA, Antônio Wilson de. **Caminhos cruzados: diálogo entre a história da arte e a arqueologia sobre a arte rupestre**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-16, jan.-dez. 2022e-ISSN: 1980-

864X | ISSN-L: 0101-4064. Disponível em: <https://revistaseletronicas.puers.br/index.php/iberoamericana/article/view/33839/27589>. Acesso em: 03 de out. 2025

DARWIN, Charles. **A origem do homem e a seleção sexual**. 1 Ed. 2008. Curitiba, Paraná. Hemus Editora S.A.

DONALD, Merlin. **Origins of the Modern Mind: Three Stages in the Evolution of Culture and Cognition**. Cambridge: Harvard University Press, 1991. Disponível em: <https://pages.ucsd.edu/~johnson/COGS184/7Donald93.pdf>. Acesso em: 23 de jun. 2026

DUARTE, Laura Roseli Pael. **Arqueologia e a preservação do patrimônio cultural: educação patrimonial em Alcínópolis/MS**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1140/1/LauraRoseliPaelDuarte.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2025

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. 2002. São Paulo. Editora Atlas S.A

GUIDON, Niède. **Peintures Préhistoriques du Brésil – l’art rupestre du Piauí**. Paris: Rec. Editeur ERC. Paris, 1991, 1 vol. 109 p.

GUIDON, Niède. **Serra da Capivara: um novo mundo**. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 1986. Disponível em: <https://cienciaeambiente.com.br/shared-files/1751/?217-230.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2025

GUTHRIE, Russel Dale. **The nature of Paleolithic art**. 2005, University of Chicago Press. 507 p.

HOFFMANN, Dirk L. *et al.* **U-Th dating of carbonate crusts reveals Neandertal origin of Iberian cave art**. *Science*, v. 359, n. 6378, p. 912–915, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Arqueológico - MS**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/628/>. Acesso em: 14 nov. 2025

_____. **Verbete Arte Rupestre**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/nckfinder/arquivos/VERBETE%20ARTE%20RUPESTRE%20-%20pronto%20pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024

_____. **Educação Patrimonial: caminhos para uma construção coletiva**. Brasília: IPHAN, 2015.

_____. **Relatório técnico sobre sítios arqueológicos com arte rupestre em Mato Grosso do Sul**. Brasília: IPHAN, 2018.

JUSTAMAND, Michel. **O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí**. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

JUSTAMAND, Michel; MARTINELLI, Suely Amâncio; OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de; SILVA, Soraia Dias de Brito e. A arte rupestre em perspectiva histórica: uma história escrita nas rochas. **Rev. Arqueologia Pública**: Campinas, v. 11, n. 1, p.130-172, 2017. ISSN 2237- 8294.

LEFORT, Claude. (2003). Posfácio. In: M. Merleau-Ponty. **O visível e o invisível** (4a ed. pp. 247-267). São Paulo: Perspectiva.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Trad. A. M. Bessa. Lisboa, Edições 70. 1985b. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/167562/mod_resource/content/1/Claude%20L%20C%20A9vi-Strauss%20-%20Mito%20e%20Significado.pdf. Acesso em: 30 set. 2025

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 1996.

LEWIS-WILLIAMS, David. **The Mind in the Cave: Consciousness and the Origins of Art**. London: Thames & Hudson, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/40409868/The_Mind_in_the_Cave_Consciousness_and_the_Origins_of_Art . Acesso em: 23 jun. 2026.

LINKE, Vanessa *et al.* **Do fazer a arte rupestre: reflexões sobre os modos de composição de figuras e painéis gráficos rupestres de Minas Gerais, Brasil**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/X3vtfHSwhprwJ8h5gtHtmqp/?lang=pt>. Acesso em: 19 de out. 2025

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. 431p.

MARTINS, Gilson Rodolfo *et al.* **Alcinópolis uma galeria natural de Arte Rupestre**. Disponível em: <https://muarq.ufms.br/files/2023/12/ALCINO%20CC%81POLIS-Uma-galeria-natural-de-Arte-Rupestre.pdf>. Acesso em: 18 set. de 2025.

MARTINS, Gilson Rodolfo; KASHIMOTO, Emília Mariko. **12 mil anos – Arqueologia do Povoamento Humano no Nordeste de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <file:///C:/Users/Este%20computador/Downloads/12%20mil%20anos%20Arqueologia%20do%20povoamento%20humano%20no%20nordeste%20>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1945).

MERLEAU-PONTY, Maurice (2003). **O visível e o invisível** (4a ed.). São Paulo: Perspectiva.

MITHEN, Steven. **The Prehistory of the Mind: The Cognitive Origins of Art, Religion and Science**. London: Thames & Hudson, 2002. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Prehistory-Mind-Steven-Mithen/dp/0500281009>. Acesso

em: 23 jun. 2026.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. **O conceito de mito aplicado à Arte Rupestre.** Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/134>. Acesso em: 16 set. 2025.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra.** Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Roxane Rojo. 12. ed. São Paulo: Loyola, 1998. p. 41-50.

PACHECO, Denis. **Arte rupestre pode ajudar a entender como linguagem humana evoluiu.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/arte-rupestre-pode-ajudar-a-entender-como-linguagem-humana-evoluiu/>. Acesso em: 28 de mar. 2024.

PACHECO, Iracema Aparecida. **Arqueologia e patrimônio: contribuições para uma educação ambiental.** Campo Grande: EdUFMS, 2010. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMS_89be67eeb96a8495ff3614699113352d/Details?print=1. Acesso em: 18 jul. 2025

PESSIS, Anne-Marie. Arte Rupestre e Arqueologia Pré-histórica no Brasil Central. **Revista USP**, n. 46, 2000.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: Editora UnB, 1992. Disponível em: <https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/prous-a-1992-arqueologia-brasileira.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

PROUS, André. As categorias estilísticas nos estudos de arte rupestre: arqueofatos ou realidades? **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**: São Paulo: USP. 1999: 251-261. São Paulo: USP. 1999: 251-261.

RENFREW, Colin. **Prehistory: The Making of the Human Mind.** New York: Modern Library, Random House Pub. Group, 2008. ISBN: 9780679640974.

RIBEIRO, Loredana. **Contexto arqueológico, técnicas corporais e comunicação: dialogando com a arte rupestre do Brasil Central (Alto-Médio São Francisco).** Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/251/344>. Acesso em: 19 de set. 2025

RIBEIRO, Loredana. **Os significados da similaridade e do contraste entre estilos de arte rupestre: um estudo regional das gravuras e pinturas do Alto-Médio São Francisco.** 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.p 138-139

RICHERSON, Peter J.; BOYD, Robert. **Not by genes alone: how culture transformed human evolution.** Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

ROCHA, Gabriel. **Novidades sobre o Homo Naledi.** Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/2021/11/10/novidades-sobre-o-homo-naledi/> Acesso em 09 de jun. 2024.

RODRIGUES, Sílvia Helena. Pinturas Rupestres em Alcinópolis (MS): memória

e identidade na arqueologia do Cerrado. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 16, 2006.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas**. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7661/1/Políticas_artigo2.pdf. Acesso em 24 de jun. 2025

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem - Cognição, semiótica, mídia**. São Paulo, Editora Iluminuras. São Paulo -SP. 1998

SILVEIRA, Fernando Lang da. **A teoria do conhecimento de Kant: o idealismo transcendental**. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/~lang/Textos/KANT.pdf>. Acesso em: 22 de maio. 2025.

SOUZA, João Carlos de; AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de. **A escavação no sítio arqueológico Templo dos Pilares e sua relação com a ocupação humana e a produção de arte rupestre em Mato Grosso do Sul**. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 32, n. 2, p. 118-138, 2017. DOI: 10.20891/clio.V32N2p118-138. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/clioarqueologica/article/view/246408/35513>Acesso em: 14 nov. 2025.

TATTERSALL, Ian. **Os Primeiros Homens: as origens da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

TATTERSALL, Ian. **The World from Beginnings to 4000 BCE**. Oxford: Oxford University Press, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/200033632_The_World_from_Beginnings_to_4000BCE. Acesso em: 17 jun. 2025.

UNIF. Universidade Tiradentes. **Origem dos idiomas: Como surgiram as línguas que conhecemos?** 2022. Disponível em: <https://www.unit.br/blog/origem-dos-idiommas-como-surgiram-as-linguas-que-conhecemos>. Acesso em: 22 de maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Alcinópolis – Uma galeria natural de arte rupestre**. Campo Grande: Museu de Arqueologia da UFMS, 2023. Disponível em: <https://muarq.ufms.br/files/2023/12/ALCINÓPOLIS-Uma-galeria-natural-de-Arte-Rupestre.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2025.